

ECONOMIA BRASILEIRA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES



ECONOMIA  **RISCO**
IMPOSTOS
COMMODITIES
EXAUSTÃO

SUPERÁVIT
EQUILÍBRIO

D E S E N V O L V I M E N T O

EDUCAÇÃO  **G**
O A R T I S T A S

ANÁLISES
CRISES
EXPORTAÇÕES


Parcerias
IPCA

SALÁRIO
SOCIAL
PAÍS

S U S T E N T A B I L I D A D E

INFRAESTRUTURA

I M P O R T A Ç Õ E S



CAPITAL
DÍVIDA
BRUTA
JUROS
POUPANÇA
PIB

PREÇOS 



Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

ECONOMIA BRASILEIRA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Brasília - DF
2012

DESAFIOS E O



Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Sede Nacional Brasília - PDT

SAFS, Quadra 02, Lote 02/03

CEP: 70.042-900 - Brasília-DF

Tel: (61) 3224-9139 / 3224-0791

www.pdt.org.br

secretarianacional@pdt.org.br

Twitter: [pdt_nacional](#)

Sede Nacional Rio de Janeiro - FLB-AP

Rua do Teatro, 39 -2º andar, Centro

CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ

Tel: (21) 2232-0121 / 2232-1016

www.flp-ap.org.br

www.ulb.org.br

secretaria@flb-ap.org.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

Senador Cristovam Buarque
Dep. Federal Paulo Rubem Santiago
Waldery Rodrigues Jr. (Ipea, Senado)

TRANSCRIÇÃO DAS PALESTRAS DO SEMINÁRIO DE 21/AGO/2012 ECONOMIA BRASILEIRA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

NOTA: A representação dos artigos nessa edição são de inteira responsabilidade do autor.



Cristovam Buarque

Senador (PDT/DF)

Prof. Titular de Economia UnB



Paulo Rubem Santiago

Deputado Federal (PDT/PE)

Prof. UFPE



Waldery Rodrigues Jr.

Doutor em Economia

IPEA / Senado

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Este Seminário, “Economia Brasileira: Desafios e Oportunidades”, organizado pela Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (FLB-AP) em conjunto com a Universidade aberta Leonel Brizola (ULB) e as Lideranças do PDT na Câmara e no Senado Federal, busca aprofundar o debate em torno dos temas econômicos que têm pautado a agenda do País.

Por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que propôs ao Partido a organização de eventos como este, iremos traçar aqui um diagnóstico sobre a atual conjuntura econômica brasileira, debatendo e apresentando propostas para a implantação de um novo modelo de gestão, baseado na inversão das prioridades orçamentárias e na adoção de políticas estruturantes de longo prazo, dissonantes das que vem sendo aplicadas pelo atual governo.

Enquanto Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, temos o dever de multiplicar esses debates nos estados, proporcionando uma ampla discussão interna, visando capacitar os nossos quadros para o debate dos grandes temas nacionais e contribuir com soluções alternativas e práticas sobre temas que são relevantes à sociedade.

Lembro ainda que este evento está sendo transmitido ao vivo pela radilegalidade.com e pela *ULB*, possibilitando a participação dos nossos companheiros e companheiras de todo o Brasil.



Manoel Dias
Presidente Nacional da FLB-AP



FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)

Conselho Curador

Carlos Lupi

Presidente

Direção

Manoel Dias

Presidente

André Figueiredo

Vice- presidente

Clairton Schardong

Secretário Geral

Luizinho Martins

Tesoureiro

Equipe Técnica

Ades Oliveira

André Menegotto

Célia Romeiro

Leonardo Zumpichiatti

Michele França

Pamela Fonseca

Rafael Machado

Ricardo Viana

Apoio Editorial e Revisão Ortográfica

André Menegotto

Célia Romeiro

FC Leite Filho

Assessoria de Comunicação

Christina Pacca

FC Leite Filho

Gal Leal

Osvaldo Maneschky

Paulo Ottaran

Design Gráfico e Diagramação

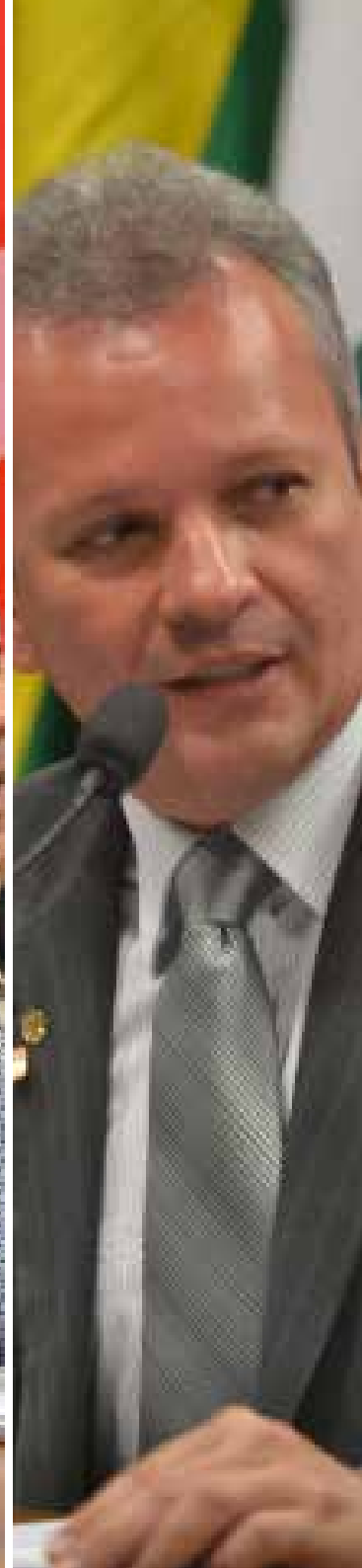
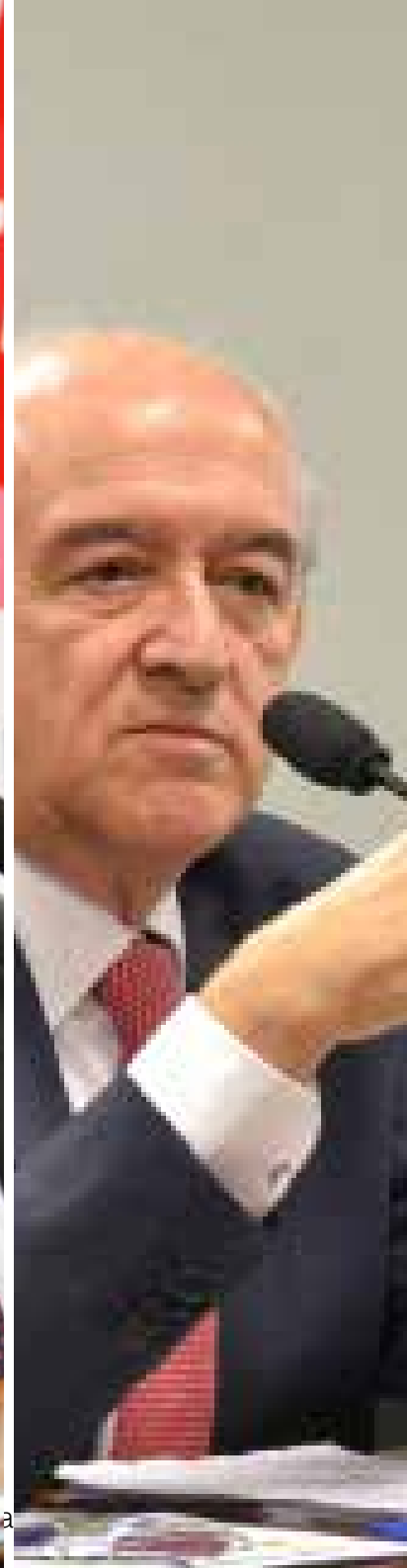
Michele França

Fotos

Alexandre Amarante

Pamela Fonseca







Cristovam Buarque

Senador (PDT/DF) e Prof. da Universidade de Brasília

Manoel Dias

Presidente da Fundação Leonel Brizola –
Alberto Pasqualini

Carlos Lupi

Presidente Nacional do PDT

André Figueiredo

Líder do PDT na Câmara, Deputado Federal (PDT/CE)

Paulo Rubem Santiago

Vice-líder do PDT na Câmara, Deputado Federal
(PDT/PE)

Waldery Rodrigues Júnior

Economista e Assessor Técnico da Bancada
no Senado Federal



CARLOS LUPI
(Presidente Nacional do PDT)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao nosso companheiro, amigo de luta e de vida, Manoel Dias, por, como Presidente da Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, ter a iniciativa, sugerida pelo nosso Senador e amigo Cristovam Buarque, de fazer esse debate. Agradeço a presença do Senador, do meu amigo e Líder da Bancada André Figueiredo, do Waldery, de todos aqueles que contribuíram para fazermos este debate – e é muito importante que façamos isso num partido como o nosso .

Quero apenas, nesse início, colocar três situações para pensarmos, e os nossos debatedores, com muita competência, inteligência e preparo, aprofundarem os assuntos.

Estamos vivendo no Brasil uma realidade diferenciada nos últimos oito anos. Tivemos um crescimento da economia, profundamente atrelado a um mercado interno fortalecido, com ganho real de salário – para se ter uma idéia, o Presidente Lula assumiu a Presidência com o salário mínimo valendo em torno de US\$ 85,00 e, hoje, vale cerca de US\$ 330,00, conforme a variação do dólar no dia. Esse mercado interno foi, com certeza, a principal mola propulsora do crescimento da nossa economia.

Paralelo a isso, temos a China puxando a economia global, com um crescimento médio nestes últimos anos de 10, 12 até 14%. Em uma economia cada vez mais globalizada, onde qualquer tipo de crise, de quebra no exterior afeta de maneira muito forte a economia

interna de qualquer país, o Brasil deve estar atento a todos os acontecimentos, pois hoje somos a sexta maior economia do mundo.

Precisamos definir o que queremos no nosso País, porque esse modelo de mercado interno garantidor do crescimento da economia também tem prazo de validade. Não é eterno. Já nos últimos dois anos, não tivemos o ganho real de salário igual ao dos anos anteriores, porque esse processo também se esgota. Continuamos cada vez mais dependentes desse mercado globalizado internacional, baseado na exportação dos nossos produtos primários, que não geram valor agregado para a economia brasileira, que são os valores oriundos da inteligência, da competência e da tecnologia de ponta.

Então, quero abrir e debate, colocando essa questão da tecnologia de ponta. Nós somos um Partido defensor intransigente da educação em tempo integral. Esses dados que nós tivemos do IDEB, comprovam que ainda estamos engatinhando nessa área. Não conseguimos atingir a média de aprovação. Em um artigo, o Senador Cristovam Buarque escreveu que nós não podemos nos orgulhar de não termos sido aprovados. A realidade é que não fomos aprovados. Isso é sinal de que precisamos evoluir muito ainda na área educacional, principalmente no ensino fundamental. Quando estamos no Governo, sempre temos a desculpa de que a responsabilidade do Governo Federal é com o ensino superior, e não é! A responsabilidade do Governo é com a Nação, é com a Pátria, é com sua gente; e ela começa com a criança. Há municípios que não têm condições de viabilizar financeiramente a escola de tempo integral. Já há até alguns programas que avançam nesse sentido, mas o Governo Federal deveria garantir aporte financeiro para que o ensino em tempo integral fosse adotado em todas as escolas públicas do Brasil. Essa é a principal bandeira

que nós podemos levantar – como falava o Prof. Darcy Ribeiro – para verdadeiramente libertar um povo. O povo só se liberta com educação. Não com uma educação de mentirinha, mas com educação em tempo integral, com alimentação balanceada, com a criança ficando oito horas na escola, preparando-se para ser o homem ou a mulher digno (a) do amanhã.

Ao lado disso, o Brasil ainda está muito atrasado no desenvolvimento dos seus centros tecnológicos. A cada ano, perdemos, em média, de 250 a 300 cientistas contratados por países que têm capacidade de pagar melhores salários, que ofertam bolsas de estudos, ou até mesmo que proporcionam condições de trabalho mais decentes.

Os nossos avanços na área de tecnologia chegam ao ponto de, hoje, o Brasil ter uma fábrica de aviões das melhores do mundo – mesmo com os principais componentes sendo importados - a Embraer, rendendo royalties, dividendos e valorizando o país no exterior com a marca da tecnologia nacional, e no entanto, não conseguimos ter uma fábrica de automóveis. Nós importamos, inclusive, da Coreia, que em termos de realidade macroeconômica deveria ser um país infinitamente mais limitado que o Brasil na área de tecnologia de ponta.

Esse é o exemplo mais visível, mais direto do quanto ainda estamos engatinhando na área da tecnologia de ponta.

Então, tudo isso está amarrado na visão do que nós queremos para a economia nos próximos anos. Tudo tem a ver com educação; tudo tem a ver com tecnologia de ponta; tudo tem a ver com desenvolvimento de uma política nacional. Que Brasil nós queremos? Para que, queremos este País? Estamos avançando, mas queremos avançar ainda mais.



DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO
(Líder do PDT na Câmara Federal)

Presenciamos, na semana passada, a Presidente da República lançando um plano de investimento e infraestrutura para o nosso País. Cabe questionar, primeiro, a duração desse plano. Lógico que é sempre bom pensarmos no longo prazo – trinta anos –, mas, ao mesmo tempo, temos de parar de privatizar o Brasil com dinheiro público. É uma temeridade. São recursos do BNDES e utilizados para privatizar várias ações e projetos do nosso Governo. E aí é onde entra o risco da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, nós sabemos que existe hoje em nosso País, um vácuo muito grande entre dois polos que são muito beneficiados pelas ações presidenciais. Um deles, evidentemente, nós aplaudimos: é a questão da destinação, cada vez maior, de recursos para o Bolsa Família, apesar de o questionarmos profundamente – e fazemos coro às ações do Senador Cristovam Buarque, que criou esse programa – por não exigir, em nenhum momento, uma contrapartida em forma de qualificação profissional para os beneficiários ou a obrigatoriedade da educação para os filhos dos beneficiários. Então, isso é algo que nós precisamos repensar. Porque o Bolsa Família é para ser um programa permanente, mas não permanente para as pessoas. Porque a ideia é que ele seja permanente como programa, mas que o público-alvo possa ser modificado constantemente, fazendo com que as pessoas possam sair da situação de absoluta miséria. Perpetuar miséria é interesse de quem quer se perpetuar no poder, e é isso que nós queremos evitar. Nós queremos evitar que a miséria seja perpétua. Queremos, sim, um Brasil grande, mas não podemos apenas investir nos grandes e extremamente fortes segmentos do empresariado nacional, sob pena de vermos escândalos

como esse que está eclodindo e que desaguou na CPI do Cachoeira. Temos um Brasil grande, mas voltado para os segmentos mais fortes do mercado; e vemos um segmento que fica no meio: o dos micro e pequenos empresários, dos servidores públicos, dos médios empresários, dos profissionais liberais completamente apartados de uma visão governamental que possa fazer com que eles deem a contribuição para construir o Brasil que queremos. Não podemos admitir que servidor público seja tratado da maneira como está sendo tratado. Servidor público tem que prestar um bom serviço ao povo brasileiro e, como tal, tem que ser valorizado e respeitado, pelo menos em mínimas condições de diálogo. E, se o Parlamento já sente a ausência desse diálogo com o Poder Executivo, imaginem os servidores públicos, sempre taxados de serem privilegiados por conta da estabilidade. Ao mesmo tempo, aprovamos recentemente um fundo de previdência complementar, que é um risco muito grande para o Brasil, mas que as instituições financeiras, as maiores beneficiárias do Funpresp, aplaudiram e logicamente através dela os meios de comunicação que são atrelados a esse grande segmento. Portanto, eu quero aqui parabenizar o Senador Cristovam Buarque, o Secretário Manoel Dias, o Presidente Carlos Lupi, o Deputado Paulo Rubem, o Dr. Waldery e cada um de vocês aqui presentes e dizer que este momento é quando os partidos que realmente tem história se diferenciam. Não adianta ficarmos apenas aplaudindo as ações do Governo, dos quais nós somos parceiros, ou apenas criticando numa demonstrativa de que queremos um outro caminho. Nós queremos, discutir a conjuntura e apontar soluções, e é isso que a Fundação Leonel Brizola está fazendo com muito mérito, em caminho com as nossas lideranças para que nós possamos realmente mostrar para o Brasil que o PDT tem história, e porque sempre fez história. Então desejo a todos um grande seminário.



Sumário

“Economia Brasileira: Desafios e Oportunidades”

- | | |
|---|-----------|
| 1. Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) | 14 |
| 2. Manoel Dias (Presidente Nacional da FLB - AP) | 32 |
| 3. Deputado Federal Paulo Rubem Santiago (PDT/CE) | 34 |
| 4. Waldery Rodrigues Jr (Ipea, Senado) | 53 |

*“Então, estamos vivendo um risco de
exaustão da economia de commodities.*

*Essa é uma primeira exaustão;
portanto, temos que buscar outro
produto. Mas o Governo brasileiro
continua pensando em desequilíbrio”.*



**Senador Cristovam Buarque
(PDT/DF)**

Parabenizo a estrutura do PDT por estar organizando este seminário, que eu não estou vendo ser organizado em outras fontes. Porque há duas maneiras de analisarmos os desafios e as oportunidades que nos apresenta a análise da economia brasileira: a primeira é considerando quais são os desequilíbrios da economia hoje; outra, bem diferente, é considerando a exaustão do modelo econômico que nós temos. A primeira é uma visão do desequilíbrio atual que exige pequenos ajustes, a outra é a busca de uma inflexão, uma mudança de rumo para uma outra direção da economia. O que aconteceu, por exemplo, em 1930, quando a economia que era agrícola exportadora, de repente muda de direção para ser uma economia industrial e com uma sociedade urbana. Essa foi a inflexão, aproveitando a crise de 1929 que afetou o Brasil de então.

O Presidente Lupi colocou a preocupação que ele tem com o uso do conhecimento na nova economia que esta por vir. A educação como uma base, uma questão estrutural que nós temos que discutir. Nós não podemos nos limitar ao debate sobre desequilíbrio, naquilo que a pouco conversei com o deputado Paulo Rubem Santiago: o imediatismo da política econômica atual do governo. Nós não podemos fechar os olhos aos problemas imediatos. Imediatismo é quando nos limitamos ao imediato, não é quando cuidamos do imediato. Nisso ele tem toda razão. Eu creio que a atual política é imediatista, ela está vendo o problema como um simples desequilíbrio e não como exaustão, como esgotamento de um modelo exigindo outro modelo.

No que se refere ao desequilíbrio, vocês receberam um pequeno folheto (“A Economia Está Bem, Mas Não Vai Bem”, disponível no site: <http://bit.ly/Te7e2F>) Preparei esse material juntamente com o Waldery Rodrigues, resultado

de um discurso que proferi no Plenário do Senado (em junho/2011) em que dizia que a economia está bem, mas não vai bem. Esse documento foi publicado há quase um ano. Se ele fosse atualizado hoje, creio que já teria que ter um novo título: “A Economia Não Está Muito Bem”. Já não é mais “A Economia Está Bem”, porque diversos indicadores econômicos sofreram deterioração e demonstram meu ponto de vista. Basta ler os jornais e as revistas estrangeiros, que em geral têm uma percepção mais rápida da crise, em função de não estarem dentro do ufanismo que nos acostumamos a viver nesses últimos anos, graças a muitos fatos positivos que aconteceram na economia (inclusive o aumento do emprego em anos recentes no Brasil).

“Todos nós sabemos que a bolha americana estourou. Nós precisamos estar alertas ao problema do endividamento no Brasil. Mas por que isso é um problema (para o governo)? Se nós reduzirmos o endividamento, cai o consumo. Se cair o consumo, cai o PIB.”

Lá fora começam a surgir expressões como “o Brasil não é mais o querido na economia mundial” ou “o Brasil começa a ter limites”. Eu cheguei a ver um título que dizia: “o Brasil é a bola da vez”. Isto, depois que nós tivemos Espanha, Grécia, Irlanda, Islândia, e outros eventos econômicos. Há muitas diferenças, mas

há algumas semelhanças também.

Um dos jornais que eu me lembro de ter lido dizia: “Brasil é a Espanha 2.0”. Ou seja, nosso país é o momento seguinte do que aconteceu na Espanha. E não nos esqueçamos de que até muito recente a Espanha era um dos maiores investidores no Brasil: aquele país estava comprando toda a faixa litorânea do Nordeste brasileiro para colocar hotéis, e de repente se esvaiu. Por quê? Porque se esgotou o modelo, como eu vou voltar a falar. E por isso não estão encontrando saída? Porque estão procurando saída, na Europa, dentro do mesmo modelo que está exausto.

Quais são os indicadores de desequilíbrio no Brasil? Hoje já podemos ver que já se fala em inflação acima

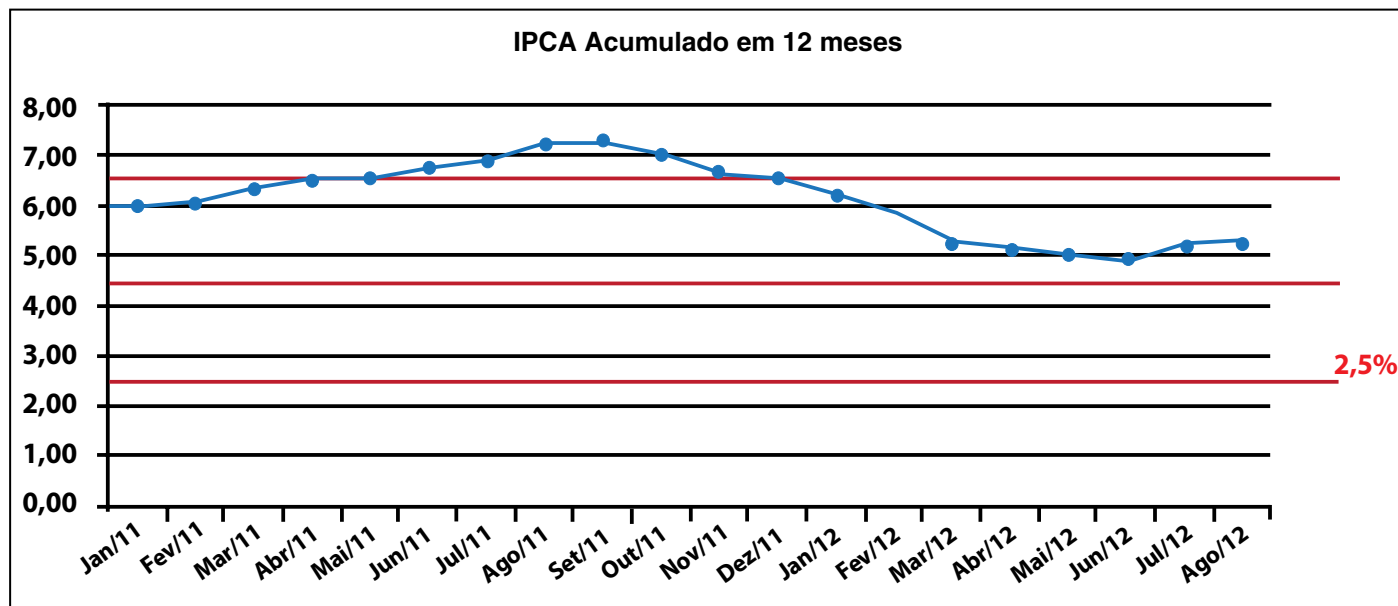
de 5% ao ano. O teto máximo que se pensa no Brasil, já há bastante tempo, é de 6,5%; a meta é 4,5%, podendo ficar 2,0% para baixo ou para cima. Quando se fala em um valor para o IPCA da ordem de 5,24% (acumulado em 12 meses: set/2011 a ago/2012), é porque a gente está se aproximando muito perigosamente dos 6,5%. A figura abaixo traz os números para o IPCA.

Se levarmos em conta fatores que estão acontecendo no mundo e, portanto, não dependem do Governo, nós precisamos nos preocupar. Por exemplo, a seca nos Estados Unidos. Este fato exógeno está levando a uma queda vertiginosa da produção de soja e de milho, e isso tem uma repercussão direta em toda a cadeia de alimentos: nós comemos frango, que utiliza o milho; abastecemos nosso carro com gasolina, que vem dos Estados Unidos e que tem uma parte de álcool produzida com milho. Isso vai pressionar os preços do que é produzido internamente no Brasil: os preços irão

subir. O preço do frango já teve forte alta; o do milho também, bem como dos respectivos produtos derivados.

Então, a inflação é um ponto de desequilíbrio ao qual precisamos estar bastante atentos. Aparentemente, o Governo tem atentado para este tema, mas tem tomado decisões que sinalizam o contrário: o aumento de gastos públicos, por exemplo, no financiamento ao endividamento dos consumidores, que implica praticamente uma bolha do consumo (em particular em relação ao consumo recente de automóveis). E isso pode trazer uma perda do controle na gestão macroeconômica.

Solicitei uma audiência com o Presidente do Banco Central (Alexandre Tombini), para ouvir o que ele tem a dizer sobre isso, e devo estar com ele hoje (21/ago/2012) à tarde. Se este encontro já tivesse ocorrido eu já poderia falar aqui sobre a visão que ele tem; para nos tranquilizar ou nos alertar sobre o que vai ser preciso fazer, e que tipo



Fonte: IBGE

Elaboração: Assessoria Econômica - Gab. Sen. Cristovam Buarque

de custo para cada um de nós as medidas irão implicar.

Sobre o endividamento das famílias: Houve um tempo em que a nossa preocupação era com a dívida externa. Temos, ainda, um problema da dívida interna pública do Governo brasileiro, mas hoje o maior risco refere-se ao endividamento das famílias. Este assunto tem sido tratado extensivamente pela mídia: o forte grau de endividamento das famílias brasileiras que acontece para elas manterem o padrão de consumo, que está acima do que permite o salário. E o melhor exemplo é o automóvel. Raríssimas famílias brasileiras conseguem comprar um automóvel, especialmente se for novo, sem endividamento.

Este é um fato geral e não acontece somente no Brasil. Mas, nos outros países, como há um bom transporte público, tem-se um adiamento do consumo do automóvel até o momento em que a renda familiar está um pouco maior e mais compatível com o consumo. Sem transporte público e com um mito muito forte do automóvel como indicador de riqueza e como indicador de sucesso, os brasileiros estão fazendo um esforço (de consumo) muito grande. É preciso lembrar que a irresponsabilidade do Governo americano e dos bancos levou à bolha que estourou em 2008 nos Estados Unidos. No caso americano deu-se via setor imobiliário (compra de imóveis). Aqui é compra de automóveis. Por um lado, lá era mais arriscado e envolvia um volume financeiro muito maior do que o caso brasileiro. Por outro lado, lá havia um menor risco porque a casa é um ativo que parece ter um valor mais permanente do que um automóvel, porque ela não se deprecia com o uso, a não ser num prazo muito, muito longo. A tabela na página 21 traz os principais números envolvidos neste tema.

Todos nós sabemos que a bolha americana estourou. Nós precisamos estar alerta ao problema do endividamento no Brasil. Mas por que isso é um problema? Se nós reduzirmos o endividamento, cai o consumo. Se cair o consumo, cai o PIB. Eis o problema.

A sintonização disso é muito grave, o que vale também para a taxa de juros. É impossível manter essas taxas de juros recordes no Brasil, comparadas com o resto do mundo. A redução da taxa de juros numa economia que depende muito do fluxo de capitais financeiros do exterior para cá (e temos um déficit em conta corrente da ordem de 2,4% do PIB) é um perigo, porque é esse diferencial de taxa de juro que atrai capital. É algo que chamam de “golondrina”, de dinheiro que vem como uma pomba, que vem e vai embora. Mas o Brasil está em parte dependente disso. É péssimo uma pessoa ser dependente de droga; e, depois que se torna, a gente sabe que é difícil livrar. Nós estamos dependentes quase “quimicamente” de capital externo e do consumo elevado. Essas duas dependências – como a dependência de drogas – levam a um problema sério no organismo da economia.

Nós temos um problema de gastos públicos. Não apenas porque é alto. Pior que isso: porque é majoritariamente associado a gastos de pessoal e gasto de custeio. Nosso gasto público não é direcionado, na sua maior parte, para o investimento. Daí a Presidenta Dilma ter recorrido – e valia a pena discutirmos aqui se estamos de acordo ou não – às chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs). Por quê? Porque não há recurso suficiente do governo para investir em infraestrutura, que é um dos gargalos do desequilíbrio atual – e esse é também tema da exaustão do modelo econômico. A falta de infraestrutura econômica é um problema de desequilíbrio e não podemos ficar com otimismo em relação a esse tópico. O governo não tem recurso para investir e quando falo em infraestrutura, incluo a educação, que é investimento, como o Lupi disse aqui. Faz parte da infraestrutura. Para mim, é preocupante que o governo esteja tão ligado e preocupado com a infraestrutura física e não esteja dando muita importância à infraestrutura científica e tecnológica, que depende da educacional. A infraestrutura intelectual fica relegada. Note que no mesmo dia em que a Presidenta lançou o programa associado às PPPs de ferrovias e rodovias

(anteriormente já havia lançado o programa para três aeroportos com uma possível inclusão de mais um grupo de aeroportos usando o mecanismo de PPP) saíram os resultados do Ideb 2011. Não houve uma palavra clara da Presidenta, nem do Palácio do Planalto, sobre o Ideb. Não houve nenhuma convocação das forças vivas do país para discutirmos como sair dessa vergonha da reprovação que o Brasil sofreu ao ter uma nota de 3,7 para o Ensino Médio da educação pública (municipal e estadual) do Brasil. Note que as escolas públicas

federais obtiveram uma média melhor do que as escolas particulares. Precisamos insistir muito nisso: a escola pública é boa quando existe o apoio necessário e o recurso para tanto. Nós não vimos um posicionamento lúcido sobre o Ideb. Ao contrário, vimos o Ministério da Educação comemorando que o Ideb, por exemplo do Ensino Médio, subiu de 3,6 para 3,7.

Figura 01: Dados para a Inflação (IPCA)

Mês / Ano	Cheque especial		Credito Pessoal		Aquisição de Bens Veículos		Aquisição de Bens Outros		Total (Refere-se à inadimplência geral de PF, que inclui também: Financiamento imobiliário, Cartão de crédito e Outros)	
	Vencidas 15 a 90 dias	Inadimplência (% do saldo em atraso superior a 90 dias)	Vencidas 15 a 90 dias	Inadimplência (% do saldo em atraso superior a 90 dias)	Vencidas 15 a 90 dias	Inadimplência (% do saldo em atraso superior a 90 dias)	Vencidas 15 a 90 dias	Inadimplência (% do saldo em atraso superior a 90 dias)	Vencidas 15 a 90 dias	Inadimplência (% do saldo em atraso superior a 90 dias)
Jan/11	3,7	9,2	4,1	4,2	7,0	2,6	7,5	8,8	5,9	5,7
Fev/11	3,6	8,4	4,4	4,3	6,9	2,8	8,1	9,7	5,9	5,8
Mar/11	4,0	7,9	5,1	4,4	7,8	3,0	9,3	10,3	6,7	6,0
Abri/11	4,3	7,9	4,8	4,5	8,0	3,2	8,6	11,8	6,6	6,1
Mai/11	3,5	8,3	4,6	4,6	7,8	3,6	8,4	12,7	6,3	6,4
Jun/11	4,4	8,5	4,5	4,7	7,8	3,8	8,4	13,2	6,3	6,4
Jul/11	4,9	9,0	4,5	4,8	8,0	4,0	8,0	13,5	6,4	6,6
Ago/11	4,4	9,6	4,4	5,0	7,9	4,2	7,8	13,9	6,2	6,8
Set/11	4,4	9,5	4,6	5,0	7,9	4,4	7,7	13,7	6,4	7,0
Out/11	4,6	9,5	4,9	5,2	8,6	4,7	8,3	14,0	6,9	7,1
Nov/11	4,6	10,1	4,6	5,5	8,3	4,9	8,1	13,8	6,5	7,3
Dez/11	5,2	11,4	4,3	5,5	7,6	5,0	6,9	13,9	6,0	7,4
Jan/12	4,9	10,8	4,8	5,7	8,1	5,3	7,5	14,0	6,4	7,6
Fev/12	4,9	10,5	4,9	5,6	8,4	5,5	8,0	13,6	6,6	7,6
Mar/12	5,0	10,6	4,9	5,3	8,6	5,7	9,1	12,9	6,8	7,4
Abri/12	5,2	10,1	5,2	5,6	8,6	5,9	9,1	13,5	6,9	7,7
Mai/12	4,9	11,3	4,9	5,7	8,5	6,1	8,5	13,9	6,6	7,9
Jun/12	4,7	11,6	4,7	5,7	8,0	6,0	8,2	14,1	6,4	7,8
Jul/12	5,7	11,8	4,9	5,9	7,9	6,0	8,0	14,2	6,4	7,9
Ago/12	5,5	12,2	4,6	6,0	7,7	5,9	7,4	13,7	6,2	7,9

Tabela 02: Dados do IDEB

IDEB- Resultados e Metas									
Anos Iniciais do Ensino Fundamental									
IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3,8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4,9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Anos Iniciais do Ensino Fundamental									
IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3,5	3,8	4,0	4,1	3,5	3,7	3,9	4,4	5,5
Dependência Administrativa									
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Ensino Médio									
IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa									
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0

Fonte: Saeb e Censo Escolar
Elaboração: Assessoria Econômica - Gab. Sen. Cristovam Buarque

Quem aqui comemora o filho melhorar, de um ano para outro, de 3,6 para 3,7? Se o menino passa de uma nota de 3,6 para 3,7, eu não vou dizer que está de castigo, que vamos punir, porque não é o caminho. Mas que vamos buscar um psicólogo, vamos. O Brasil precisa de um psicólogo para saber por que somos reprovados sistematicamente na educação de base.

A infraestrutura, portanto, é um problema de desequilíbrio, mas também é um problema de exaustão.

Não vou continuar falando muito sobre desequilíbrios, porque creio que o Waldery vai expor sobre este assunto – é o problema dos bancos. Nós temos um sistema bancário até robusto, sólido, como se diz hoje. Mas, ao mesmo tempo, nós temos um sistema bancário muito concentrado.

Cerca de 80% do estoque de crédito concedido no Brasil derivam de cinco bancos (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander). É o maior nível de concentração bancária dos últimos dez anos. Isso é preocupante, porque cinco unidades podem perfeitamente constituir um oligopólio e dificultar a diminuição das taxas de juros, que é o preço do produto dos bancos. E é preocupante também porque, se um deles quebra, teremos um comprometimento de quase 20% de todo o sistema bancário provedor de crédito.

Por isso outros países preferiram descentralizar o sistema financeiro, com um número grande de bancos pequenos. Obviamente que isso exige um cuidado e fiscalização maiores, para evitar problemas de quebra bancária, que implicaria em enorme tragédia.

Agora, quebra bancária é uma tragédia imediata; mas a quebra do sistema educacional é uma quebra igualmente grave no longo prazo, porque o futuro tem a cara da escola do presente.

Bem, no que se refere ao desequilíbrio, esses são os pontos em que nós precisamos pensar e dar alternativas. Agora vamos ao que eu tenho mais interesse em debater, uma vez que este é um encontro de um partido, não é um encontro só de técnicos. É um encontro de políticos que querem buscar uma alternativa transformadora.

“Está havendo uma exaustão do atual modelo socioeconômico no Brasil, como aconteceu no final dos anos 20, levando, nos anos 30, Getúlio Vargas a fazer uma inflexão.”

Nós somos um partido que não acredita que o futuro é a continuação do presente. O futuro é um salto de distanciamento do presente. Essa é uma maneira diferente de refletir.

Queremos apenas melhorar ou queremos mudar? Eu creio que nós queremos mudar. E quais são

as justificativas para isso? E o que nos faz, prezados Lupi e Manoel, politicamente otimistas?

Está havendo uma exaustão do atual modelo socioeconômico no Brasil, como aconteceu no final dos anos 20, levando, nos anos 30, Getúlio Vargas a fazer uma inflexão. Houve uma exaustão do modelo agrícola dependente totalmente da exportação de café, de açúcar, e de algodão para os Estados Unidos. Nós tivemos que resolver um grande problema quando os americanos, em crise, deixaram de comprar nossos produtos.

Estamos vivendo novamente uma crise internacional, que está levando a uma redução da demanda pelas nossas chamadas commodities. O preço do minério de ferro, por exemplo, caiu 20% de janeiro a agosto deste ano, o que

implicou em uma queda de 24% nas vendas externas deste produto neste ano (cerca de U\$ 6,1 bilhões de perdas).

Vejam que passados tantos anos após a crise dos anos 20 a situação não está tão diferente. Só que ainda não aconteceu o verdadeiro colapso dos preços internacionais das commodities como aconteceu em 1929, com o fechamento das importações dos nossos produtos. Mas, de qualquer maneira, os sinais são extremamente preocupantes. Não apenas pela crise mundial, mas por outra coisa, que hoje é diferente de 1929: a globalização. A globalização que hoje permite à China passar a produzir soja na África. A China, hoje, é o maior comprador de terra em Moçambique, por exemplo. E não vai ser difícil produzir soja na África – que é muito mais perto da China –, inclusive com uso da tecnologia brasileira da Embrapa. Isso acontecendo, a exportação de uma das principais commodity brasileiras, a soja, será duramente afetada. E a soja é insumo para outros produtos alimentares. E, quando os chineses produzirem soja, vão também produzir frangos. Eu me lembro dos pequenos produtores de frangos que visitei em Santa Catarina e fico pensando em como eles vão resistir quando esta produção ocorrer: soja e frango mais perto dos consumidores, por exemplo, do Oriente Médio, que é um dos compradores da produção avícola brasileira.

“Mas, na realidade, o número é mais preocupante: são 23 milhões de miseráveis no Brasil. Isso é mais que a população de vários países no mundo (como Síria, Austrália e Madagascar)”



Esta é a visão tradicional: reduzir impostos de um produto para baixar o custo, em vez de buscar a produção de um novo produto. Creio que o nosso Partido deve começar a trabalhar pela possibilidade de um cardápio futuro de novos produtos de exportação, e não apenas reduzir o custo dos atuais produtos.

Mesmo a ideia da infraestrutura para criar um fluxo da soja do centro-oeste, que é necessário do ponto de vista imediato, não é a solução de longo prazo. A solução de longo prazo é dispormos de novos produtos como bens de exportação, como faz um pequeno país como a Finlândia: eles exportam muitos desses celulares que a gente usa, porque eles desenvolveram a tecnologia necessária para esta produção.

Outra prova de exaustão é no consumo. Não é possível que o consumo continue crescendo na mesma velocidade. Foi uma conquista muito positiva para o Brasil começar a colocar massas – populações excluídas – no consumo. Isso foi muito positivo – e graças ao governo Lula. Mas o modelo está se exaurindo.

Não é que tenhamos de voltar ao tempo em que as Massas não consumiam, mas esta estratégia não pode mais ser a base do aumento da produção. Uma coisa é você criar uma demanda nova pelo consumo de bens de consumo, mesmo que sejam roupas e automóveis para certa população. Outra é você investir radicalmente na saúde pública, por exemplo – fiz questão de não colocar a educação para não pensarem que é mania –, e com



“Outra prova de exaustão é no consumo. Não é possível que o consumo continue crescendo na mesma velocidade. Foi uma conquista muito positiva para o Brasil começar a colocar massas – populações excluídas – no consumo. Isso foi muito positivo – e graças ao governo Lula. Mas o modelo está se exaurindo”.

isso gerar a renda dos trabalhadores da saúde, que vão comprar bens industriais. São completamente diferentes o poder de compra (e a demanda gerada) dos que produzem da demanda originada pelos cidadãos que recebem bolsas. E olhe que defendo a ideia das bolsas há muito tempo – como foi lembrado aqui pelo Lupi. Eu a formulei e falo que essa ideia, que denomino de uma teoria do “keynesianismo social e produtivo”, consiste em dar dinheiro para que a pessoa produza e, com este recurso, compre a sua comida e, com o produto, saia da pobreza; recebe dinheiro para que o filho estude. Esse dinheiro põe comida na mesa. Mas é o estudo da criança, produzido pela mãe que leva essa criança à escola, em vez de levar para o trabalho, que vai tirá-los efetivamente da pobreza.

Não dá mais para imaginar que o simples consumo é o caminho para dinamizar a economia. A produção e o consumo que derivar desta produção (provavelmente de outro setor de bens) constituem verdadeiramente o meio para dinamizar a economia.

Temos uma exaustão das Finanças Públicas, que estão próximas dos seus limites. Não há mais margem para aumentar a carga fiscal. De 1994 para 2012 aumentamos a carga tributária em cerca de 10% do PIB. Já passamos do limite suportável para a carga tributária. Se não dá mais para aumentar a carga fiscal, não dá mais para subir os gastos, a não ser que queiramos relaxar na inflação. Então, chegamos ao limite no quesito das Finanças Públicas pois não temos mais margem para aumentar os impostos.

Além disso, o Brasil tem uma coisa que pode ser boa, mas é um problema: os custos definidos constitucionalmente. Se amanhã houver uma crise fiscal séria neste País em

função dos gastos superam as receitas do Estado, e o Estado não tiver mais como aumentar a carga fiscal nós vamos ter problemas constitucionais, algo que não aconteceu na Grécia.

Na Grécia, eles puderam reduzir os custos, com um sacrifício social muito grave, sem mexer na Constituição. Aqui, a Constituição impede o custo social de medidas fiscais como as faladas acima. Mas, em compensação, se não encontrarmos outra forma de reduzir os gastos, teremos uma crise institucional muito séria.

“...vivemos a exaustão do meio ambiente. Há 500 anos a economia brasileira se baseia em mão de obra que ganha pouco e em matéria prima infinita e este modelo está exaurindo. Necessitamos buscar um equilíbrio entre os sistemas.”

Outra exaustão que eu acho importante colocar é a exaustão do meio ambiente. Há 500 anos a economia brasileira se baseia em mão de obra que ganha pouco e em matéria prima infinita e este modelo está acabando. Os portugueses chegaram aqui destruindo a Mata

Atlântica para produzir fumo, café e açúcar. Não há mais espaço aqui onde era a Mata Atlântica, porque só restam 3%. Dos anos 70 em diante, presenciamos este desmatamento na Amazônia. O modelo está exaurindo. A quantidade de florestas que estamos deixando já pode ser insuficiente para as necessidades da busca de um equilíbrio ecológico. Não vai dar para aumentar muito – estou falando em décadas. Você pode aumentar um ano, dois anos, três anos, mas não dá para aumentar décadas sem um desflorestamento tão grave da Amazônia que esteja demonstrando não apenas uma irresponsabilidade ecológica, mas esteja também atraindo decisões internacionais que possam inviabilizar, no momento em que as nações se reunirem para definirem que não dá mais para destruir florestas – claro que não só as do Brasil, mas de outros países também.

Portanto, há um processo de exaustão dessa economia baseada na depredação ambiental sem respeito. E falo da agricultura e das florestas, mas isso vale para as cidades com indústria. Não dá mais para continuar com a degradação do ambiente urbano por uma indústria poluente da atmosfera e por uma indústria, no caso do automóvel, que polui o espaço. Há muita gente que acha que os limites de exaustão, mais uma vez, da indústria automobilística está no combustível. Não é no combustível, não é na energia; é na geometria. Não cabe mais nas cidades: exaurimos a capacidade das cidades receberem automóveis, mesmo os elétricos.

E aí alguém diz: “mas é fácil, fazemos viadutos”. Contudo, fazer um viaduto a mais implica em fazer uma escola a menos. Não há mágica. Um viaduto a mais é uma escola a menos, é um hospital a menos, é água e esgoto a menos. Chegamos a um limite.

A outra exaustão na lei do meio ambiente é a exaustão que temos – e aí quero resumir tudo isso – do modelo. E aqui quero tentar formular com vocês o que eu tenho falado sobre isso em diversos fóruns.

Tivemos, ao longo dos últimos 200 anos, um modelo de civilização baseado em quatro vetores, que se casavam entre eles, que tinham o que se chama de sinergia. Quando um melhorava, os outros melhoravam: a democracia política, o crescimento econômico, a inovação técnico-científica e o bem-estar social. Foi isso que caracterizou essa civilização industrial e europeia, da qual fazemos parte.

Alguns defendiam isso pelo lado capitalista; outros, pelo lado socialista. Mas esses quatro itens eram uma característica de todos nós nesses últimos 100 ou 200 anos. Acontece que isso está se exaurindo, porque surgiram três novos elementos que não existiam até pouco tempo atrás. Um é o limite ecológico, que impede o crescimento. Ao impedir o crescimento, quebra o bem-estar da maneira que nós conhecemos hoje, ameaça a democracia. Não esqueçamos que, na Grécia, foi preciso proibir o plebiscito. Não deixaram fazer um plebiscito, porque, com o plebiscito, ia decidir sair do Euro. Então, de certa maneira, há uma imposição para que não saia. Não dá para impedir o avanço tecnológico, mas

o avanço tecnológico gera desemprego. O desemprego gera uma piora no bem-estar social, gera ameaça à estabilidade democrática. Massa desempregada é um atrativo para fascismo. Em qualquer tempo, em qualquer lugar, massas esfomeadas pelo desemprego são objetos fáceis da cobiça dos fascistas.

Então, um é o limite ecológico; outro é essa coisa trágica

de as finanças serem independentes da economia e dos limites nacionais. Isso não havia até algum tempo atrás. Hoje as finanças criaram um monstro separado do funcionamento da economia real. Eles têm o poder de alavancar dinheiro independentemente de investimento na produção para dar lucro.

As finanças funcionavam, antes, da seguinte maneira: o banco emprestava a um empresário, ele montava uma fábrica, vendia o produto, dividia o lucro com o banqueiro (via pagamento de juros) e ficava com a parte que sobrava. Este modelo acabou: hoje um banco quando

“E aí alguém diz: “mas é fácil, fazemos viadutos”. Contudo, fazer um viaduto a mais implica em fazer uma escola a menos. Não há mágica. Um viaduto a mais é uma escola a menos, é um hospital a menos, é água e esgoto a menos. Chegamos a um limite.”

quer fazer dinheiro empresta a outro banco, através de uma mágica que parece coisa de cassino. E é cassino, porque um deles vai perder mais adiante. Mas criaram uma série de roletas diferentes, com nomes muito bonitos, em que eles vão trocando dinheiro e criando uma massa – como nós quando eramos crianças. Eu me lembro das chamadas pirâmides, em que você vendia para dez, esses dez vendiam, cada um, para mais dez e você achava que esse dinheiro ia encher a sua conta. Eu nunca conheci alguém que tenha ganhado com isso, mas alguns os primeiros devem ter ganhado.

O terceiro é a megaconcentração de renda que existe hoje no mundo. Não estou falando da concentração quando se compara os 10% de cima (mais ricos) e os 10% de baixo (mais pobres). A concentração a que me refiro é a existentes quando comparamos o 1% de cima e os 99% de baixo. Daí os movimentos nos Estados Unidos contra o 1%. Daí eles dizerem, em Wall Street: “nós somos os 99%”.

Essa megaconcentração cria um desajuste completo, porque esse 1% não consomem como os demais: eles consomem sem que se dinamize substancialmente a economia. Por exemplo, eles compram aviões. Sabe por que avião privado dinamiza pouco a economia? Porque vende um por ano, dois por ano, três por ano. Refiro-me ao consumo de aviões privados, não aviões de transporte de massa. Para aqueles (jatinhos privados) é limitada a geração de emprego.

O mesmo se aplica a consumo de bens de superluxo, como de relógios e de joias. Isso não dinamiza a economia como o consumo de bens das massas como inclusive o automóvel é hoje.

Esse casamento dos quatro vetores começa a sofrer uma desarticulação com a chegada de mais três parceiros. Portanto, nós vamos ter que inventar outro casamento, outro conceito, outro modelo. Nós temos que sair dos

limites da exaustão das commodities, da exaustão do meio ambiente, da exaustão das finanças públicas, da exaustão do endividamento, porque houve uma exaustão do modelo. Vamos ter que pensar em algo novo.



Lula é radicalmente diferente pelo seu carisma, pela sua origem, pelo seu brilhantismo, pela sua competência. Ele é diferente em aumentar o Bolsa Escola, mas ela já existia no governo Fernando Henrique. Por sua vez, a ênfase na produção de commodities já existia (e até aumento). Mas não houve uma ruptura no modelo.

Eu estou lendo um livro sobre a política econômica de Obama (título: *New New Deal: The Hidden Story of Change in the Obama Era*. Autor: Michael Grunwald). Obama representa uma ruptura maior do que a que Lula representou em relação a Fernando Henrique, porque Obama está investindo radicalmente em energias alternativas e, por meio disso, criando uma nova dinâmica econômica. Ele está querendo dar um salto para a economia do conhecimento, segmento no qual os Estados Unidos ficaram um pouco atrás em algumas áreas. Vale a pena conhecer a visão do jornalista Michael Grunwald, que é um profissional imparcial, crítico, inclusive, sobre algumas políticas. Ele se refere a um novo “New Deal”, que foi a política do presidente americano Franklin Delano Roosevelt. Ele diz que o Obama significa uma nova visão do tipo Roosevelt, obviamente sem o carisma, sem a visão estratégica total, muito preso pelo medo de errar, o que Roosevelt não tinha. De qualquer maneira, está havendo a tentativa de uma ligeira inflexão, colocando um programa de saúde, que eles não tinham e que custou muito ao presidente Obama aprovar.

O que nós precisamos, a meu ver, é começar a ter uma proposta de inflexão. E creio que pode não ser para esta eleição, nem para a próxima, nem para a outra, pois um

partido não pode ficar preso a uma eleição, senão cai num imediatismo político da mesma maneira como o Governo está num imediatismo econômico. Nós temos que pensar uma proposta que, mais adiante, case com a vontade do povo. Se não casar, fica debate intelectual. Nesse caso, não precisa de partido, a universidade já faz. Se, por outro lado, nós não tivermos a ousadia de fazer isso, lá adiante, alguém vai fazer; alguém vai

ocupar o espaço; alguém vai estar presente na hora certa. Do ponto de vista de um partido, acho que não tem erro.

Do ponto de vista da visão individual de político, pode ter erro, porque nós morremos – aliás, não precisa nem morrer, ficar velho –, e a coisa pode chegar à maioria dos eleitores quando nós já estivermos fora do jogo. Mas não é isso que deve determinar o nosso

pensamento.

O nosso pensamento é até para as gerações jovens de militantes do partido.

E aí como eu acho que nós poderíamos começar a pensar? E tem tudo a ver com a cara do PDT, pelo menos na visão de Brizola, Darcy Ribeiro, Pasqualini. A primeira coisa é levar em conta o meio ambiente. Precisamos ter coragem de defender que o Produto Interno Bruto, na sua mensuração, tem de levar em conta as perdas que a economia produz. Não é possível que a gente continue calculando o aumento do PIB graças à exportação de soja, sem levar em conta a redução de florestas. Eu nem falo de parar a derrubada, que seria uma posição conservacionista mais radical, mas de levar em conta o custo. Não é possível que continuemos colocando o aumento da produção do automóvel como algo positivo

– o que de fato é – sem levar em conta o aumento do tempo perdido nos engarrafamentos ou as 50 mil mortes que vêm em decorrência de acidentes no trânsito ou a própria poluição ambiental que os automóveis provocam. Vamos considerar o lado positivo, mas vamos atentar também para o lado negativo. Aqui é necessária uma inflexão na maneira de pensar (contabilizar) o PIB.

Outra inflexão é a coragem de dizer que – embora o André tenha razão de que, hoje, não dá para o Brasil viver sem bolsas – o que queremos comemorar no futuro é o dia em que pagarmos a última bolsa dizendo “agora, ninguém precisa mais”. Nós temos que ter uma estratégia de como libertar as pessoas da necessidade de transferência de renda vinda do setor público. Não vai acontecer em 10 anos; talvez venha a ocorrer em 20 anos. Basta garantir uma boa educação para que esses meninos, bem educados, possam até não ficar ricos, mas não vão precisar receber ajuda via transferência de renda. Basta uma política de geração de emprego boa, para que a maioria deles não precise mais de ajuda via recebimento de bolsas. Então, temos de ter coragem nessa inflexão. Qual é a nossa proposta para que o Brasil possa viver sem necessidade de comemorar o aumento das bolsas?

A outra inflexão é a inflexão que precisamos fazer no sistema financeiro. Precisamos dizer como vamos domar o sistema financeiro. Não é mais tempo de falar em estatizar o sistema financeiro, embora lá fora, de vez em quando, os governos façam isso. Quando um banco quebra, ele estatiza para, depois, devolver os ativos comprados pelos governos. Os americanos utilizaram este procedimento em 2009, inclusive em relação à indústria automobilística. Colocaram tanto dinheiro que o Estado passou a ser dono dela. Depois de sanear, venderam de volta. Mas temos de saber como os bancos passam a ter um papel também de dinâmica da economia e não apenas de agentes jogadores de cassino.

Temos de ter uma proposta que leve à substituição da energia que temos hoje por energias mais limpas. E aqui precisamos ter uma mudança mais radical. Como viver gastando menos energia?

Nenhum partido tem coragem de falar isso. Não basta substituir combustível fóssil, gasolina, por etanol, álcool. É preciso fazer com que o sistema de transporte público não precise de tanta energia. É preciso fazer com que a arquitetura que devemos incentivar seja uma arquitetura capaz de conviver com a natureza, sem a necessidade, por exemplo, desse ar condicionado, quando sabemos que lá fora está até fresco; sem necessidade dessa luz elétrica, quando sabemos que lá fora tem sol o ano inteiro.

Finalmente, o que acho fundamental para nós e que pode ter a nossa cara é a ideia de uma economia que sai de montadora para uma economia criadora. Nós comemoramos no Brasil aquele carimbo “made in Brazil”. Nem nos lembramos de que nenhum produto brasileiro pode colocar – e o Lupi falou isso, quando falou dos carros coreanos – o carimbo “created in Brazil”.

Não temos praticamente nada criado no Brasil. Temos coisas fabricadas. Eu não vou chamar só de montadas. Das três etapas de produção montagem, fabricação e criação demos, no Brasil, um salto da montagem para a fabricação. Mas não demos um salto para a etapa da criação. Por isso, não há um carro com nome brasileiro. Eu não me refiro à marca; e sim à fábrica, à origem.

Temos de dar esse salto para uma economia do conhecimento. Porque não tem futuro. Sabe por quê? Porque a produção de soja, por exemplo, é limitada à demanda por soja, que não passa de uma certa quantidade. Quando todo chinês estiver comendo o suficiente de frango, de carne e da própria soja, parou a demanda. Por sua vez, a demanda por produtos de alto valor tecnológico (como smartphones, tablets, etc)



são infinitas. Porque você compra um destes produtos e daqui a seis meses surge outro mais avançado. Então, você começa a ter uma demanda cuja dinâmica vem do lado de quem produz. Hoje a nossa dinâmica não vem de nós que produzimos. Vem de fora, do lado de quem consome. Isso tem de ser invertido.

Como vai se inverter isso? Colocando como parte dos desafios e oportunidades da economia – que e o título do nosso seminário – a construção de um Sistema Nacional do Conhecimento e da Inovação (SNCI) (nota; Um texto sobre o SNCI está disponível no site www.cristovam.org.br). Veja bem: um sistema muito mais amplo do que apenas educação. Ele deve ter quatro componentes importantes.

O primeiro é a Revolução na Educação Básica – tema que requer um seminário específico somente para discuti-lo e que defendo seja feita pela Federalização da Educação. E quando vi ontem no CQC, um programa de TV, que mostrou as escolas no interior do Piauí, me convenci mais ainda de que só federalizando é que iremos conseguir mudar. Uma revolução na educação – como os CIEPs objetivavam. Porque há duas maneiras de se querer sair da tragédia educacional: uma é melhorar; a outra é criar um sistema novo. Foi o que o Brizola criou

com Darcy Ribeiro. O que os CIEPs têm de maravilhoso não é cada um deles isoladamente; é a visão de que a boa educação virá de um sistema novo. Foi feito à parte do sistema tradicional.

O que eu defendo é que seja criado um sistema federal novo para substituir os velhos sistemas municipais e estaduais. E continuar melhorando os sistemas atuais. Brizola não parou de melhorar o sistema tradicional, mas investiu nos CIEPs. Uma cara nova, uma proposta nova. Não precisa mais ser um CIEP pela arquitetura, não precisa mais ser um CIEP igual para o Brasil inteiro. Mas tem que ser um CIEP de horário integral. Não existe escola decente se não for a de horário integral. E os cidadãos ricos resolveram este problema: a escola dos filhos só tem quatro horas, mas o menino sai da escola e vai para a ginástica, karatê, música, natação. Então, termina sendo um ensino até com mais de seis horas diárias.

Portanto, tem que haver uma revolução na educação. A solução é a criação de um sistema novo, que será implantado enquanto o atual sistema vai sendo reduzido. Estima-se em 20 anos o tempo para conseguir implementar uma revolução na Educação Básica em todo o Brasil. Mas tem que começar; e sugiro que seja



implementada por cidade e não por unidade escolar.

O segundo componente do SNCI, depois da revolução educacional, trata-se da criação de um Novo Sistema Universitário Brasileiro. Não precisa ser separado fisicamente, mas nas próprias universidades atuais. Elas têm que sofrer mudanças radicais para se adaptarem às exigências de hoje. Hoje, a universidade não está sintonizada com o futuro, e sim com o passado. Eu dou aula na Universidade de Brasília (UnB) pela qual tenho um

grande amor. Temos de mudar a situação de termos uma universidade cujo conhecimento avança mais devagar do que o avanço que acontece fora dela: há gênios que inventam novidades, como, por exemplo, o computador pessoal (PC), fora da universidade. O sistema Windows foi inventado fora da universidade, o que mostrou que a universidade não estava tendo a mesma velocidade criativa.

*“Como vai se inverter isso?
Colocando como parte dos desafios
e oportunidades da economia a
construção de um Sistema Nacional
do Conhecimento e da Inovação
(SNCI). Veja bem: um sistema muito
mais amplo do que apenas educação,
mas que passa, obrigatoriamente, por
uma Revolução na Educação Básica.”*

As empresas estão criando universidades corporativas – como os Correios, o Banco do Brasil –, porque a universidade não forma mão de obra, perdendo legitimidade. É fato que a legitimidade da universidade vem da empregabilidade da sua mão de obra. Hoje, um diploma universitário não assegura emprego. Aí perde a legitimidade.

A atual greve dos professores – que todos pensam que foi motivada por salário

apenas – é mais complexa. O salário é a causa visível, mas tem uma causa invisível, qual seja, a frustração da instituição com o papel que ela desempenha em um mundo em mutação. Então, precisamos mudar muito o perfil das nossas universidades.

Terceiro componente: tem que mudar a cabeça dos empresários através de incentivos para aqueles que

criam e não para os que copiam. Entre criar e copiar a diferença é muito maior do que as três letrinhas que separam uma palavra da outra. A diferença é muito maior. Nós damos incentivos à indústria tradicional de automóvel, mas deveríamos estar dando incentivos à indústria de automóvel capaz de se transformar em indústria de ônibus, em indústria de transporte escolar, ambulâncias, carros da polícia.

O Governo está alocando diretamente (via desonerações) e indiretamente (via empréstimos subsidiados) dezenas de bilhões de reais para subsidiar a indústria automobilística. Com estes recursos seria possível comprar uma quantidade considerável de veículos (que não automóveis), mantendo o emprego, a dinâmica, e o lucro da indústria automotiva, mas com outro tipo de transporte.

Quarto é mudar o entorno. Não vamos conseguir implementar um SNCI sem que o ambiente social, educacional e geral da população esteja sintonizado com a educação, com a ciência e a tecnologia.

Pensamos muito no Darcy dos CIEPs. Mas o Darcy dos CIEPs foi o Darcy das culturas também; o Darcy dos CIEPs foi o Darcy da atividade cultural incentivada, e não só do Sambódromo. Mas da atividade cultural em geral, porque sem isso a educação fica frágil. E digo isso para os adultos, para os pais, não só para as crianças.

Creio que podemos trazer uma proposta capaz não apenas de reequilibrar a economia, mas de substituir o modelo antigo pelo novo. O desafio é como fazer isso politicamente, porque esse discurso não dá os votos que se precisa para eleger. Tem que se transformar esse discurso conceitual em propostas muito claras que cheguem à cabeça do eleitor. Talvez esse seja o desafio maior. E não podemos cair na tentação de ganhar esse desafio pelo marketing, dizendo: “Está aqui a nossa teoria. Vocês que são publicitários digam como é que a gente fala”. Não pode. Tem que ser convencendo as bases do partido dessa ideia ou de outra, mexendo na cabeça daqueles que vão mexer na cabeça da população, que são os militantes, os filiados.

Por isso, a validade deste seminário: para debatermos se é isso ou se é o outro e como levar isso para nossa militância no Brasil inteiro, inclusive para tentar atrair militantes sem partido e até de outros partidos para essa mesma alternativa, porque essa frustração, essa exaustão é ideológica, está na cabeça da maioria dos jovens que querem encontrar um novo caminho, uma nova bandeira para defender e construir um novo Brasil. É um novo Brasil que nós precisamos, e não apenas retomar o equilíbrio no Brasil antigo, no Brasil velho. Esse é o desafio. Creio que podemos dar uma contribuição no esforço que fazemos, até porque nós não conseguiremos mais fazer isso só conversando e olhando no olho; tem que ser via universidade aberta, como a que nós temos;



tem que ser via esse esforço tremendo que o Manoel faz junto aos seus meninos – e aqui vejo uns – de levar um discurso deste para toda a militância. Primeiro, porque trazer muitos aqui é difícil; segundo, porque hoje a juventude acredita mais no que vê pela televisão do que no que vê pessoalmente. Criou-se essa mania de que a televisão está mais sintonizada com a verdade do que o corpo. Estamos no mundo virtual.

Tenho um amigo cujo filho gosta muito de futebol – já faz algum tempo, agora já virou um rapaz. E um dia conversando com ele, o pai disse: – O que você acha do Pelé? O menino ficou sem saber o que responder, porque Pelé não é do tempo dele – o menino tinha nove anos. Então o menino perguntou: – Meu pai, Pelé é aquele que jogava no tempo em que o mundo era em preto e branco? Porque, para ele, era impossível a televisão ser em preto e branco; o mundo é que era sem cores.

Então, fico contente que esta nossa fala, com todas as suas qualidades e defeitos, possa ser veiculada para o Brasil inteiro através da nossa Universidade Aberta Leonel Brizola.



“Temos de dar esse salto para uma economia do conhecimento.

Sabe por quê?

Porque a demanda por produtos de alto valor tecnológico (como smartphones, tablets, etc) são infinitas. Você compra um destes produtos e daqui a seis meses surge outro mais avançado, cuja demanda é estimulada pela dinâmica do lado de quem produz.”

“Na medida em que organizamos Núcleos de Base, Diretórios, Subdiretórios, Movimentos partidários e a nossa militância para debater e discutir o partido, começamos a melhorar e crescer qualitativamente.

Como dizia nosso Pasqualini: A ideologia, a consciência política, é a alma do nosso partido”.



Manoel Dias
Presidente Nacional da FLB-AP

A abordagem feita pelo Senador Cristovam Buarque já vem de longe. As propostas enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente João Goulart sobre as Reformas de Base nada mais do que propunham a reformulação do modelo econômico, a implantação de novas políticas que levassem o País a uma nova realidade.

Como fez referência o Senador Cristovam Buarque, criamos agora algumas ferramentas, porque o PDT tem 1,270 milhão de filiados, e precisamos aprofundar este debate. Nosso Partido tem que buscar essas bases. Um partido como o nosso, progressista, de esquerda, só tem condição de sobreviver na medida em que forma quadros que possam enviar mensagem, divulgar e defender essas posições.

Então os nossos quadros, lideranças, devem colaborar com o Partido. Temos hoje a Universidade Leonel Brizola, a Rádio Legalidade e criamos ferramentas para alcançarmos a base. Mas essa base tem que ser organizada, porque de nada adianta ficarem no nosso portal, todas essas ferramentas se elas não forem bem utilizadas.



O subfinanciamento da educação produz enormes desigualdades. O nome do Brasil é República Federativa do Brasil. Os indicadores educacionais nos tratariam como Repúblicas Federativas do Brasil. Nós somos cinco ou seis países do ponto de vista dos indicadores educacionais. Os mais ricos e os mais pobres, a população negra, a população branca, a população rural, a população urbana, a população acima de 15 anos com índice de escolaridade. É essa precariedade que deriva do baixo financiamento da educação.



Paulo Rubem Santiago
Deputado Federal

É uma oportunidade ímpar estarmos aqui, em pleno mês de agosto - que é um mês estratégico de um século que foi construído com a expectativa de ser um século de transformações. Estamos na virada do século XX para o século XXI, no segundo ano da segunda década do século XXI, frente a enormes desafios e acredito que o partido tem a responsabilidade de respondê-los, visando à construção de um País radicalmente diferente, não apenas do ponto de vista dos indicadores econômicos, dos indicadores sociais, mas profundamente diferente do ponto de vista dos valores que constroem e consolidam a vida em sociedade.

A discussão só vai ter um caráter capaz de indicar uma ruptura com o modelo, se ela apontar também para a construção de uma sociedade fundada em valores diferentes dos pautados hoje e que têm por trás de si ações econômicas, projetos econômicos, interesses industriais, empresariais e algumas categorias de análise – que o Senador Cristovam Buarque muito bem destacou aqui com a sua publicação, levando-nos a refletir, “A economia vai bem, mas não está bem”. Alguns indicadores prosperaram, mas outros não, porque o nosso projeto é um projeto de sociedade, não é apenas um projeto de indicadores econômicos.

O Prof. Márcio Porhmann, em uma matéria publicada no jornal Le Monde, chamou a atenção para a necessidade urgente de aprofundarmos os debates que são estratégicos para compreensão dessa crise, que não é uma crise de 2012, nem de 2011, nem de 2010. É uma crise que se arrasta e que tem por base a consolidação de um modelo de acumulação do capital na história recente da humanidade, precisamente a partir da década de 70. Lamentavelmente, a ausência desses

debates nos partidos políticos, nos movimentos sociais e sindicais tem nos colocado numa posição extremamente precária para a construção de uma análise precisa dessa conjuntura, dos fatores que levam a essa crise mundial e, conseqüentemente, essa precariedade nos enfraquece na construção de alternativas. Se o diagnóstico e a compreensão dos fatores que geraram essa crise não são precisos, a busca de soluções e a proposição de alternativas vão ser mais imprecisas ainda.

O Brasil viveu um período extremamente importante da sua vida política com a resistência democrática à ditadura e com o processo de redemocratização. Hoje, no Brasil e no mundo, verificamos uma crise dos partidos de esquerda. Estamos há quatro anos vivendo



uma crise econômica de longa duração e não vemos, no plano internacional, uma proposta unitária dos partidos comunistas, socialistas, dos partidos de esquerda. Os partidos estão todos domesticados no espaço interno dos seus Estados-Nações, alguns na oposição, outros à frente da chefia do Estado, sem qualquer tipo

de discurso, sem qualquer tipo de diálogo no plano internacional.

A Internacional Socialista, na minha avaliação absolutamente precária, não consegue construir um discurso unitário global, principalmente para os povos que estão vivendo na pele as conseqüências mais drásticas. Se os nossos grandes instrumentos de ação política são os partidos políticos e se esses partidos vivem uma crise ideológica, como vamos construir alternativas? Como vamos conduzir a sociedade para que esta não seja novamente caudatária de uma nova reforma do capitalismo? Isso foi o que discutimos há três

anos, numa mesa de debate entre PDT, PCdoB e PSB – com a participação do Ciro Gomes, do Renato Rabelo e a minha, substituindo o nosso companheiro Vieira da Cunha. Já naquela ocasião, nossa preocupação era de que a crise gerada pelo andar de cima da economia não fosse superada, não fosse contornada, prestigiando os mesmos que estão no andar de cima e impondo o ônus da crise para aqueles que, historicamente, estão no andar de baixo: os trabalhadores, o financiamento da seguridade, os direitos sociais (como assistimos desde a aprovação do pacote grego) e continuamos assistindo nos países da zona do euro, com consequências negativas na expansão do emprego, no crédito e no financiamento de políticas sociais.

O que nos chama a atenção? No Brasil, os partidos de esquerda migraram todos para o aparelho do Estado e foram se amoldando às escolhas do partido hegemônico do Governo (Partido dos Trabalhadores) privilegiando seus interesses de crescimento dentro do aparelho do Estado e o de sustentação e reprodução de suas bancadas.

Os parlamentares, que na oposição se destacavam, as ferramentas partidárias, os instrumentos sociais, que na oposição eram instrumentos de massa, passaram a ser correia de transmissão da governabilidade. Esses partidos foram se submetendo a opções de curto prazo herdadas de governos anteriores. Comentava aqui com o professor Waldery Rodrigues: nós estamos há 13 anos submetidos a uma lógica de combate à inflação herdada do governo Fernando Henrique Cardoso, ditada de fora para dentro do País, que é a lógica de que a inflação no Brasil é de demanda e que o instrumento para combater

a demanda é o manuseio da política monetária e que a dosagem é uma taxa de juros combinada com a contenção do crédito.

Contraditoriamente, há quatro anos, o Presidente Lula foi forçado a mudar a cartilha de cabeça para baixo e adotar medidas contracíclicas, para retomar o aquecimento da economia – algo que poderia ter sido feito desde 2003, mas não foi pela adoção da política conservadora de submissão a essas categorias. A inflação é de demanda, a forma de combater a demanda é o recurso, a taxa de juros, o contingenciamento orçamentário. E estamos em 2012 e acabamos de aprovar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 que diz taxativamente, repetindo o que aprovamos para LDO de 2012: a elaboração e execução do Orçamento observarão, em primeiro plano, as metas do superávit primário. Ou seja, somos uma Nação de 322 anos de Colônia, 67 de Império e 122 de República, com uma carga tributária de 35,8% do PIB, que extrai renda e riqueza da sociedade, para financiar - em primeiro lugar - o superávit primário, que é por onde saem os encargos da dívida pública.

Isso é ou não é uma posição conservadora, acanhada frente aos dogmas e, aquilo que o professor Fábio Erber dizia, às convenções do discurso macroeconômico, de que, se não for dessa forma, o País é desqualificado pelas agências financeiras internacionais, o País é posto para fora da lista do destino preferencial dos investimentos diretos e, conseqüentemente, não cresce. Lá atrás se dizia: País que não se endivida não cresce. A dívida externa foi a consequência na economia do País.

“O Brasil é o 84º no IDH. Nós perdemos para diversos países africanos em guerra. Esse dado é mais impressionante ainda se olharmos a escolaridade. Pela escolaridade, que naquela informação mostrava um quadro tão bonito, mostra o Brasil na posição 115º.”

Então, precisamos discutir. Ou nós vamos continuar nos adequando a essa ordem de gestão da macroeconomia e do modelo de desenvolvimento, ou nós vamos bater a mão no peito e dizer que é chegada a hora de partir para outro modelo de desenvolvimento e para outros fundamentos que melhorem a vida em sociedade.

O nosso Partido tem no seu art. 1º, uma posição muito clara sobre o que é desenvolvimento, quais as diretrizes do partido, quais são seus compromissos. Eu destacaria, do final do art. 1º do Estatuto do PDT, a compreensão clara de que para o nosso Partido só o trabalho e o conhecimento são fontes legítimas de produção de riqueza. Só por essa lógica nós já estamos dissonantes de um modelo macroeconômico que, pelo menos desde 1999, privilegia uma forma de multiplicação da riqueza dissociada do trabalho e da produção, que é a financeirização do orçamento, o comprometimento, a esterilização de quase 50% da receita fiscal com juros e amortização da dívida pública. Esse modelo é dissonante do fundamento que rege o Estatuto do PDT.

Nós não aceitamos, não compreendemos e não podemos ser caudatários de uma política macroeconômica que compromete metade da receita fiscal, fruto de uma carga tributária regressiva e indireta, contaminada por um ciclo histórico de desonerações a favor da empresa, desonerações a favor do capital, que continua se propagando, mesmo no Governo da Presidenta Dilma, porque nós escrevemos, no art. 1º do nosso Estatuto, que para nós a riqueza tem como fundamento a primazia

do trabalho e do conhecimento. E todos os indicadores mostram que não é assim que estamos construindo a nossa Nação.

Portanto, o PDT, quando nasce, nasce já na contramão. Nós nascemos, em 1979, num contexto em que já se avançava na transformação da economia mundial, da economia da produção e do trabalho para a economia da financeirização. Quando nos jogaram dentro do rio, nós fomos nadar para um lado e a correnteza estava para o outro.

Dez anos depois do PDT ter chegado à vida política e democrática do Brasil, aprovou-se o Consenso de Washington. Nós nascemos promovendo uma concepção de desenvolvimento, de política, de patrimônio, de soberania e de nação que foi “estuprada” pela lógica do neoliberalismo!

Não há mais espaço para os estados nacionais. Os bancos centrais têm de seguir políticas unitárias de estabilidade monetária. Não pode haver barreiras ao livre trânsito dos capitais, mas ainda hoje há barreira ao livre trânsito dos trabalhadores.

Então, quando nós nascemos, já nascemos dissonantes da hegemonia da lógica financeira internacional. Consequentemente, nós nascemos num contexto que hoje se consolida, que é o da dominância financeira.

O nosso grande mestre, Celso Furtado, em 1998, já alertava para o fato de que o mundo passava por um processo de transformações econômicas e que essas transformações iriam apontar qual seria o modelo de



transferência de renda; por onde se consolidaria a transferência de renda no mundo. E é exatamente o que a gente vê, anos depois publicado em um trabalho do Professor Antônio Corrêa de Lacerda, da Unicamp, disponível desde 2010, num livro intitulado O Brasil sob a Nova Ordem, que descreve essa lógica do mercado financeiro. Descolou-se completamente da economia real.

Em 27 anos, o PIB da esfera financeira, da multiplicação fictícia do capital, ultrapassou em quatro vezes o PIB da produção real. Então, o trabalho como categoria de dignidade humana foi posto na lata do lixo. O dinheiro como a mola propulsora do trabalho, da produção, do acesso da população aos bens de consumo para promover sua qualidade de vida, isso tudo desapareceu.

A prevalência foi da multiplicação fictícia do capital. E, para isso, tiveram um papel preponderante as reformas de Estado, as políticas monetárias, a centralização do interesse do capital em cima das autoridades financeiras, macroeconômicas, a entrega dos ativos, como bem o definiu o Prof. Belluzzo, naquele trabalho que Ricardo Carneiro publicou em 2006: A Supremacia do Mercado e a Política Econômica do Governo Lula. Ou seja, o mundo procurou ter ciência de que era necessário buscar ativos. Então, foram privatizados os bens, as empresas públicas. Aqui se aprovou uma Constituição em 1988 que, em seu art. 166, §2º, III, alínea b, afirma, há 24 anos, que o Congresso não pode mudar a dotação orçamentária para pagamento de juros da dívida pública.

Em que país do mundo um dispêndio relacionado a uma opção de financiamento, que é o endividamento, está

acima da Constituição? Ou seja, a democracia no Brasil está abaixo dos interesses dos credores em receber o serviço da dívida. Isso é matéria constitucional. Isso é um escândalo! O País inteiro é submetido a uma tributação e o fruto dessa tributação, primariamente, é destinado, nos orçamentos, à formação de superávit primário.

Na LDO, nós temos metas para o câmbio; temos metas para a inflação; temos metas para o superávit primário, mas não temos metas sociais. Vejam o escândalo que nós acabamos de aprovar no Congresso: a LDO de 2013 propõe que os investimentos para o PAC, estimados para 2013 em R\$45 bilhões, sejam retirados da meta do superávit primário. O Estado quer retomar a capacidade de investimento.

“Até quando o Brasil vai conviver com autoridades da área de economia, finanças e planejamento capazes de afirmar que a realização de investimentos corajosos em educação pode quebrar o País?”

Eu propus, pela Bancada do PDT, que os investimentos em educação, buscando dar o salto dos 5,1% atuais para 10% do PIB, dos quais a parcela de contribuição do Tesouro Nacional é de 20%, que esses investimentos ficassem fora da meta do superávit primário. E de quanto seriam esses

investimentos no ano que vem? R\$4,5 bilhões. O que faz a Comissão no Congresso? Derrota a nossa proposta.

Então, você tira da meta do superávit primário R\$45 bilhões para financiar o PAC e não tira R\$4,5 bilhões para financiar a educação? Meu caro Senador Cristovam, não é um problema de psicólogo, mas, sim, de psicanalista. Nós somos um País esquizofrênico a serviço do rentismo e tratamos, como disse Rosa Marques, em seu livro Brasil sob a Nova Ordem, a necessidade de investimento social como uma questão secundária. Nós estamos há 80 anos com o manifesto dos pioneiros da educação de 1932,

dizendo que não se pode submeter os investimentos e a prioridade da educação a um papel secundário, colocando sobre essa meta as questões da economia. Porque para sairmos de uma economia primária para uma economia do conhecimento, do valor agregado, da alta tecnologia, temos que investir em educação – educação básica, ensino superior, pós-graduação. Há 80 anos, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Cecília Meireles nos escreviam o Manifesto dos Pioneiros da Educação, e nós continuamos submetidos a essa lógica. Eu queria aqui ler alguns trechos de um artigo que publiquei intitulado Guido Mantega e o financiamento da Educação, do dia 06 de julho. Dois dias antes, o Ministro da Fazenda foi à Fiesp e, no meio de sua fala sobre economia, disse que o Plano Nacional de Educação aprovado pela Comissão Especial era um risco ao equilíbrio fiscal e a meta de 10% do PIB, poderia quebrar as contas do País. E eu comecei dizendo o seguinte:

Até quando o Brasil vai conviver com autoridades da área de economia, finanças e planejamento capazes de afirmar que a realização de investimentos corajosos em educação pode quebrar o País?

Na última quarta-feira, dia 06 de julho, opiniões dessa natureza foram ouvidas quando o Ministro Guido Mantega, em exposição na Fiesp, afirmou que a aprovação da meta de financiamento quebraria as contas públicas, considerando-as intempestiva.

Não há como negar. As palavras de Mantega renovam o lastimável e reprovável viés conservador das nossas autoridades econômicas que sempre entenderam a aplicação de recursos públicos em educação como uma modalidade de gasto (grosseiramente falando) e não como investimento. Mais ainda, as opiniões de Mantega o inscrevem no rol daqueles para os quais o Estado pode subsidiar crédito às empresas, desonerar-lhes tributos

e contribuições, oferecer generosos parcelamentos de dívidas tributárias, ampliar desmesuradamente a dívida em papéis do Tesouro, sem que se explique, respectivamente, quem banca esses subsídios, como é que se compensam as desonerações e de onde sairão as receitas para o pagamento dos encargos da dívida pública.

Com seu discurso atrasado, Guido Mantega revela desconhecer o País de cujo Governo é o todo-poderoso Ministro da Fazenda há oito anos. Desconhece a fragilidade do acesso às creches, os vários brasis espalhados entre os mais pobres, os que vivem nas zonas rurais, os de origem negra, brasileiros do Norte e Nordeste. Desconhece o salário dos profissionais da educação, a precariedade do fluxo escolar no ensino fundamental, o elevado analfabetismo e o inexplicável analfabetismo funcional. Faz vista grossa à violência contra jovens e adolescentes excluídos do ensino médio, não se importa com a baixa taxa de escolaridade de nossa população e o diminuto percentual de nosso acesso ao ensino superior, bem como os indicadores insuficientes de educação profissional e tecnológica e de formação de mestres e doutores.

Por isso, as declarações do Ministro da Fazenda Guido Mantega são lastimáveis, retrógradas, um atentado à seriedade com que assessores e parlamentares da Comissão Especial do PNE trabalharam pela sua construção e aprovação. Intempestivas são suas considerações, reflexo de seu desconhecimento sobre a matéria e da prevalência da eterna miopia de nossos gestores, nada republicanos, colocando a educação em plano inferior e uma pretensa e eterna responsabilidade fiscal e macroeconômica em plano eternamente superior na escala de prioridades no País.

Nós fomos atropelados, não pelo tsunami financeiro, ao qual se referiu a Presidenta Dilma, na Alemanha; mas por um modelo de acumulação. O chamado mundo em desenvolvimento, foram guindados a serem plataformas

de valorização de ativos. Por que o Santander tem hoje no Brasil os maiores lucros em relação à sua matriz? Por que as grandes empresas multinacionais da indústria automobilística remetem daqui para suas matrizes lucros astronômicos? Porque nós fomos escolhidos para uma nova divisão internacional do trabalho e estamos voltando àquele estágio em que éramos exportadores de produtos primários e hoje ocupamos uma posição, que nossa balança comercial revela, de deficitários quando se analisa a participação dos bens de média e alta tecnologia. Nós estamos “reprimarizando” o País, porque que os dois governos do Presidente Lula e o atual mandato da Presidenta Dilma, não construíram um processo de ruptura com esse papel de plataforma financeira que o País recebeu.

Se de um lado a taxa básica se reduz, do outro o Governo continua a se financiar com a emissão de papéis do Tesouro. Na crise, o Governo emitiu R\$230 bilhões para financiar o BNDES.

Pergunto: de onde sairão as receitas para pagar os encargos da emissão dos R\$230 bilhões em títulos do Tesouro? Mas, quando é para financiar de 5% para 10%, chegando-se a 7% daqui a 7 anos, logo vem Mailson da Nóbrega, Cristiano Romero, do jornal Valor, logo vêm os experts dizer que não tem de onde tirar dinheiro para a educação. Tem! São cínicos! São caudatários de uma visão de que o orçamento nacional é um instrumento de reprodução do capital fictício. E aí vocês veem as duas questões que eu quero destacar como grandes desafios: a seguridade social e a educação.



A seguridade social é superavitária. Ela foi descrita, na Constituição de 88, para financiar a Previdência, a Assistência Social e a Saúde. Tem fontes próprias de arrecadação e um orçamento próprio. E para onde vai o superávit da Seguridade? Vai para a conta do Tesouro, privilegiando quem primeiro bate à porta para receber os valores da arrecadação destinados ao superávit - os credores da dívida pública - que não têm compromisso em financiar a infraestrutura, a educação, o desenvolvimento científico e tecnológico. Porque, na lógica dos credores, não há necessidade de produção, de trabalho, de ciência e de tecnologia. A lógica dos credores é a remuneração dos seus ativos pela valorização financeira, pela taxa de juros. Então, o Brasil tem quase metade da sua arrecadação fiscal comprometida com interesses de 20 a 25 mil famílias, como estimou o professor *Pochmann*.

Temos a soma, ano a ano, dos efeitos da DRU sobre a receita da Seguridade Social. De 2005 a 2011, o desvio de recursos da Seguridade para a conta única do Tesouro somam R\$281 bilhões. Tivemos uma audiência, com a Ministra do Planejamento para discutir a PEC que prorrogava a DRU até 2015. Apresentei uma PEC que tirava a DRU da incidência da Seguridade Social, porque se trata de uma norma das Disposições Constitucionais Transitórias que depois virou norma perene. Criou-se o Fundo Social de Emergência, depois o Fundo de Estabilização Fiscal.

Quando era Fundo, o que se desviava da Seguridade e se redestinava a partir do Fundo era perfeitamente rastreável, porque Fundo tem contabilidade própria, ou seja, tem CNPJ próprio. A DRU, quando vai automaticamente da Seguridade para a conta única do Tesouro, é “irrastreável”, segundo a tese de doutorado da Prof^a Denise Gentil, da UFRJ.

Dizer que se tira dinheiro da Seguridade, mas se devolve para o Bolsa Família, para a saúde é uma mentira! Quando ele ia para o Fundo de Estabilização Fiscal e retornava para algum tipo de dispêndio, você podia rastrear. Havia um DNA.

Se o Governo quer passar para o mundo que somos responsáveis e honramos os contratos da dívida; se quer seguir com a política de redução da relação dívida/ PIB, ótimo! Agora, vá buscar carga tributária em quem deve ser tributado e não desviar dinheiro da Seguridade Social. Vá aprovar no Congresso o imposto sobre grandes fortunas. Passe o pente-fino em todo aquele lixo tributário que Fernando Henrique deixou e que desonera a remessa de lucros, que desonera o pagamento de juros sobre capital próprio e que dá inúmeras benesses ao capital sem auditoria.

Em 2008, desonerávamos R\$86 bilhões; hoje, desoneramos R\$145 bilhões, 3,5% do PIB. Em nome do quê? De uma promessa de emprego, de uma promessa do crescimento. Quando você desonera, concentra renda. Você tira da Seguridade, da Saúde, da Previdência e da Assistência para pagar renda dos papéis do Tesouro Nacional. O Tesouro fica comprometido na sua capacidade de investimento e aí se diz para a sociedade que ele não tem como investir. E qual é a solução para o investimento? Entregar para a iniciativa privada.

O caso da Infraero é vergonhoso! Aprovamos um orçamento que previa investimentos para a empresa. Quando se verifica a execução deste orçamento, não se chega a 10% do que havia sido destinado. Aí a solução é entregar os aeroportos para a iniciativa privada! E

depois vão encontrar uma forma de o BNDES financiar os consórcios que vão receber os aeroportos. Assim, até eu faço. Dá para mim!

Essa é a lógica macroeconômica que precisa ser enfrentada ou vamos ser partidos periféricos da ordem da estabilidade da moeda, da atração de investimentos, e o Brasil vai virar uma plataforma de interesse dos ativos internacionais, como a produção do açúcar, em Pernambuco, era uma plataforma de interesse da Companhia das Índias Ocidentais.

Temos um impacto nas nossas contas. O Orçamento de 2011 destina para juros e encargos da dívida R\$169 bilhões. Aproximadamente 150 milhões de brasileiros, são os destinatários do que resta - e que nem sempre é executado - do Orçamento da União. Ou seja, para 155 milhões de pessoas que dependem da educação básica, da saúde, do Bolsa Família e da infraestrutura social e urbana do PAC, o Tesouro destina R\$125 bilhões; para 25 mil famílias

que vivem da renda dos papéis do Tesouro, R\$170 bilhões. Provavelmente muitos deles não sabem nem onde fica o Brasil. Para eles, o Brasil pode ficar no Equador, pode ficar acima do Trópico de Capricórnio, pode ficar debaixo de *Ushuaia*, pode ficar lá perto da Patagônia, não interessa. O que interessa é o seguinte: multiplica? Então, manda para lá, porque lá a gente tem remuneração. Tira-se de onde se paga pouco, e leva-se para o Brasil, porque lá se paga muito.

Na saúde, de 1995 a 2006, nós aplicamos de 1,73% a 1,76% do PIB, lembrando que o Governo Federal transfere 72% da sua receita na área para Estados e

“O orçamento de 2010 e 2011 são muito parecidos. A maior parte refere-se aos encargos especiais (57%), sendo que mais de 50% é relativo a juros da dívida. Já educação representa 3% e saúde 4% do total. Tem alguma coisa errada na distribuição desse bolo!”

Municípios. Para pagamento de juros, em 2006, tínhamos 6,9%. Isso é a constatação prática dessa disparidade. Nós pagamos R\$1,267 trilhão de juros e encargos da dívida pública e só destinamos à saúde R\$315 bilhões, à educação R\$149 bilhões e em investimentos R\$98 bilhões.

Ouseja, quem opta pela subserviência ao capital financeiro vai colher subserviência na esfera da economia mundial, vai ser exportador de produtos primários e importador de bens de capital. Vai ter de alienar seus ativos, porque o seu orçamento de investimento estará comprometido pela preferência da liquidez dos empresários. Foi o que ouvimos aqui brilhantemente da Professora Doutora pela UnB, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, depondo na CPI da dívida pública.

Então, como vamos fazer para romper essa lógica? O que cabe ao PDT, o que caberia aos partidos de esquerda, às centrais sindicais?



“Quando as pessoas comentam o IDEB, é bom lembrá-las que o IDEB é a Manifestação de quem está na escola, não dos que estão fora da escola. Temos também o menino de 12 anos na quarta série; a mocinha de 17 anos na sexta série. Esses também ajudaram na formação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”.

O IDEB não revela absolutamente nada do ponto de vista da universalização e da matrícula líquida, que é o sistema de qualidade que queremos para o Brasil. Além desta violência: dos que entram na primeira série do ensino da educação Infantil, só 87% chegam à quarta série; dos que chegam ao segundo ciclo, só 53% chegam à oitava série; e dos que chegam à primeira série de Ensino Médio, só 66%, no Brasil, chegam ao fim do Ensino Médio.

Quando a educação não acontece, o que acontece com a sociedade?

Segundo a dissertação de mestrado da Lisa Biron, da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, o Brasil, há 30 anos, não possuía jovens e adolescentes nas estatísticas de criminalidade e homicídio. Temos prefeitos que recebem o diploma de bom gestor pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas as matrículas de Educação Infantil no seu município não atendem a 10% da população infantil; mas é considerado um prefeito cinco estrelas pela Lei de Responsabilidade Fiscal; pela Constituição, ele não vale nada, mas não acontece nada.

Em 2006, dos 48.422 homicídios, 27.215 mataram crianças e jovens de 10 aos 29 anos de idade. Isso aí é o fruto da omissão do Estado e da submissão do Estado a uma ordem de gasto público que privilegia dívida pública, e não os investimentos sociais.

Ora, um país que não assegura educação de qualidade

para todos tem de assegurá-la mediante valorização dos profissionais – piso, carreira, insumos. Por isso chegamos à meta de 10,07% do PIB. Não é demagogia, como disse o Estadão; não é um número mágico, como escreveu um jornalista do Valor Econômico. Isso é um desrespeito a um setor do Brasil, que é um dos mais comprometidos com a qualidade da política pública, que é a nossa comunidade acadêmica da Educação, que são os nossos pesquisadores: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; a Associação Nacional de Políticas de Administração Escolar; a Associação Nacional de Financiamento da Educação; as nossas universidades.

“Os preços internacionais das commodities, de 2007 para cá, tiveram forte queda e nós dependemos, em grande medida, das commodities que exportamos. O mundo não vai deixar que o Brasil navegue, em preços de commodities, como o minério de ferro, como navegamos nos últimos 10 anos”.

Então, como o Brasil está sendo compelido pelo mundo a continuar um país subalterno, produtor de produtos primários, dependente tecnologicamente, que, para investir, tem de entregar o seu patrimônio, não mexe na ordem de acumulação; e, quando o Brasil respira e quer fazer um plano decenal emancipatório, vem do jornalista do jornal econômico

ao consultor da consultoria do Mailson, ao Ministro da Fazenda dizer que isso é uma insanidade, dizer que isso é uma irresponsabilidade.

O Estadão fez um editorial e disse que eu era demagogo. Está lá: demagogia – o Deputado autor da emenda, do destaque. Qual é a responsabilidade do PDT com essa causa?

E aí dizem: “De onde vai tirar o dinheiro? Não há dinheiro para financiar a educação.” Mentira deslavada!

Nós aumentamos a carga tributária de 24% para 35,8%; o bolo aumentou. Por que não dividiu para a educação?

Houve ou não houve aumento da carga tributária? Houve; por meio de contribuições não compartilhadas com os entes da Federação, concentradas no Tesouro Nacional. Para aonde foi o aumento da carga tributária?

Enquanto a carga tributária pulou de 24% para 35,8%, nós passamos, 10 anos estagnados no investimento em educação no Brasil, de 1995 a 2005. Nós estagnamos o investimento em educação no Brasil, para atender a quê? À lógica da resposta que tem de ser dada aos credores – como diz o Prof. Lopreato, da Unicamp. A dívida é sustentável, não há riscos para o credor. O risco e o ônus quem paga é a sociedade, que passa 10 anos com os investimentos congelados em educação, num país que precisa melhorar qualidade, universalizar, criar carreiras atraentes. E não é por acaso que o Ideb mostra que as escolas federais de educação básica são as melhores. Por quê? É porque há uma placa com os dizeres: “Escola Federal do Centro Federal de Educação”? Ou por que os professores têm carreira, as escolas têm insumos, o custo-aluno é muito maior, é o dobro ou o triplo da educação básica tradicional dos Estados e Municípios? Onde há investimento, a resposta vem.

De 1980 a 2008, o dispêndio com as transferências de assistência e previdência social subiu de 7,3% para 15,3%. Restou-nos uma carga tributária líquida que, de 17,2%, subiu para 20,5%. O dispêndio com juros subiu de 1,7% para 5,6%!

Quem é o vilão? O dispêndio com juros. Subiu 229% entre 1980 e 2008. Em nome de quê? Em nome da estabilidade monetária. Por isso, no ano passado, nós demos o primeiro passo discutindo em três seminários, lá na Bancada da Câmara, inflação, juros e câmbio, os rumos da política monetária; desindustrialização e perda de mercados; inovação, tributação e competitividade. Mas nós, Parlamentares, somos arrastados pela tarrafa do varejo.

“Ele (o Deputado Federal) tem que estar preocupado aqui com os miúdos, com aquela obrinha do calçamento de rua de uma prefeitura, aquela reivindicação de um centro de assistência social, aquela bibliotecazinha que é fundamental. E quem discute e quem decide o macro? Ministério da Fazenda, do Planejamento e o Banco Central.

O Congresso virou um varejão. Aqui, só prevalece o varejo; o atacado, quem discute é o andar de cima. Ou seja, é uma democracia de segunda categoria”.

Na educação infantil, nós diminuimos o gasto. Quando aprovamos a Emenda Constitucional 14, do Fundef, nós não asseguramos contrapartida da União para educação infantil. E aí os prefeitos disseram o quê? “Farinha pouca, meu pirão primeiro.” Eu não vou tirar dinheiro da minha arrecadação para colocar numa demanda histórica se não vou ter contrapartida da União. E os investimentos na educação infantil caíram.

No ensino fundamental, subiram, porque o Fundef criou um bolo para dar contrapartida da União para nove Estados da Federação, que caiu para quatro e, depois, terminou caindo para muito menos.

No ensino médio, cresceram pela pressão da demanda, do ensino fundamental para o ensino médio. E no ensino superior, diminuíram. Nós passamos 10 anos congelando investimentos em educação. A opção do Governo do PSDB foi responder a oferta de vaga via expansão do ensino superior privado. Então, a gente chega ao final do PNE de 2010 e observa que 39% das nossas universidades privadas foram reprovadas no exame de avaliação. É um outdoor por esquina! Financiam o ensino superior em módicas prestações de R\$199,90, e a qualidade foi para o brejo.

Só no final de 2006, o Presidente Lula volta a recuperar lentamente o investimento na expansão do ensino superior. Mas, mesmo assim, voltamos ao patamar de 1994. Ou seja, o estrago foi muito grande! O aumento da carga tributária e a prevalência dos rentistas no gasto público fizeram com que nós patinásemos. E aí você vê a responsabilidade da União Federal, dos Estados e Municípios.



A União Federal, que é o primo rico da arrecadação tributária, entrou com a contribuição descendente. Os Estados também. E os Municípios foram ampliando, por força do suporte do Fundef à educação fundamental.

Isto é o retrato de um Brasil de cabeça para baixo: quem mais arrecada é quem menos contribui. Por isso é que, no Plano Nacional de Educação, cujas competências são majoritariamente da execução dos Estados e Municípios, tem que haver um maior aporte de recursos.

Agora mesmo, o Ministro da Fazenda foi a São Paulo renegociar com o Governador Alckmin R\$10 bilhões da dívida Estado. Portanto, São Paulo não pagará mais ao Tesouro Nacional e ficará com 10 bilhões a mais para investir em quê? Em algumas obras do metrô, em algumas obras de acessibilidade para a Copa.

A dívida estimada, hoje, dos Estados para com a União é de aproximadamente R\$300 bilhões. Por que não se renegocia parte dessa dívida para que os Estados deem um salto dos atuais 5,1% para 7% em 5 anos e para 10% ao final de 10 anos, garantindo assim a qualidade e a universalização do acesso do Plano Nacional de Educação? Por que para empreiteira há crédito subsidiado do BNDES? Por que para empreiteira se renegocia a dívida dos Estados para obra da Copa e dos jogos olímpicos e para a educação não se renegocia? Isso é um tipo de valor, de condução de uma política de desenvolvimento que está na contramão dos nossos estatutos, está na contramão do modelo de desenvolvimento que nós queremos.

Esses são os desafios que temos que responder, sob pena de ficarmos um partido periférico, engolido pela

máquina pública e cuja razão de ser, da sua existência, será a sua sobrevivência no aparelho de Estado. E todos nós sabemos que, embora sejamos levados por essa correnteza, não é esse o nosso sentido.

Em primeiro lugar, tem que haver a decisão política de planejar, como elemento norteador da gestão. O Professor Carlos Lessa tem escrito repetidas vezes sobre isto: o Brasil precisa voltar a planejar.

O Professor Wilson Cano tem um texto publicado em 2010, que caracteriza muito bem os ciclos de curto prazo do discurso econômico, de estabilidade, do discurso macroeconômico. É preciso sair do curto prazo e voltar a planejar. E isso significa ter a consciência de que não se tem sempre todas as variáveis sob controle na mão. Há variáveis que não se pode presumir, mas nem por isso se deve perder a ousadia de pensar e planejar o futuro. Essa imposição, de querer tudo dentro, certinho: a meta é para 1 ano, a meta da dívida é para 1 ano, a meta do PIB é para 1 ano, a meta da inflação é para 1 ano. Tudo é para 1 ano! E de ano em ano, nem sempre se superam os déficits históricos de investimento, que é uma responsabilidade do Estado.

O Professor Celso Furtado, em 1994, escreveu: “Brasil: a construção interrompida”. Nós continuamos interrompendo a construção de uma nação soberana. “Ah, mas nós somos a sexta economia do mundo.” Tudo bem, mas somos campeões mundiais de acidentes de trabalho. Mas, no exame internacional de avaliação educacional, nós estamos entre a 50ª e a 70ª posições.

A nossa posição no mundo, na produção e registro de patentes, é irrisória. E somos a sexta economia do mundo.

Em segundo lugar, temos que libertar o Orçamento do Tesouro Nacional desse papel que lhe foi dado pela comunidade financeira. Hoje, o Orçamento no País é uma plataforma de valorização financeira. Em primeiro plano, os interesses dos credores da dívida e, depois, o que sobrar para o resto da sociedade. E aí quem tem mais poder de pressão, mais bala na agulha para ter representação no Congresso, faz o que quer. Não se faz uma reforma tributária estruturante, mas fazem minis e sucessivas reformas tributárias com base em desonerações. Desonera-se no Cofins, no Imposto de Renda, desonera-se no IPI.



O Senador Cristovam Buarque disse aqui: desoneração para compra de carros. Aí eu abro os classificados dos jornais do meu Estado no domingo: “Aproveite! Última semana sem IPI!”. Super picape importada da Coreia por R\$160 mil, sem o IPI. Mas não se diz que o IPI integra o Fundo de Participação dos Municípios e que, nos Municípios brasileiros, nós temos analfabetos, crianças fora da escola...

Ou seja, para uma parte da sociedade comprar, sem IPI, um carro importado e a indústria automobilística ser um dos pilares de crescimento do PIB, deprimos as finanças dos Municípios, precarizo a capacidade de investimentos dos Municípios em atenção básica à saúde da família e educação infantil. Isso não é decente. Esse não é o caminho que devemos trilhar, do qual devemos ser caudatários.

Em terceiro lugar, é preciso formular um projeto de desenvolvimento assentado em investimentos diretos. Claro que não vamos coibir, dificultar, fazer cara feia para um investimento externo, estrangeiro ou privado nacional. Mas, se formos perguntar ao mercado, o mercado não está preocupado com modelo de desenvolvimento. O mercado está preocupado em expandir, ampliar e acumular.

Celso Furtado já dizia que tem que haver mercado. Tem, mas tem que haver Estado, porque o Estado é que pode

construir um modelo de sociedade que a maioria da população quer. Não o mercado. Está aí a insanidade da crise financeira internacional. Deixou-se tudo na mão do mercado! Alguns profissionais de imprensa viviam repetindo, à exaustão, que se devia tirar o Estado da economia, que o mercado se autorregulava – alguns e algumas –, mas, quando veio a crise. O Gilson Caroni, que escreve em Rumos do Brasil, professor da Faculdade Cândido Mendes, disse: “onde está fulana de tal, que vivia dizendo que o mercado era supremo, que tinha que se autorregular, que não se precisava de Estado?”.

Os Estados nacionais. ***Por que os países europeus estão quebrando? Porque tiveram que socorrer, com o dinheiro dos tesouros nacionais, os bancos. As dívidas públicas estouraram em função de quê? Em função do socorro à quebra deira do sistema financeiro desregulado e livre – totalmente livre, leve e solto.***

Portanto, temos que formular um projeto de desenvolvimento em que o papel do Estado é diretivo. Ele se complementa com a iniciativa privada, direcionando os investimentos em educação, saúde e infraestrutura, em ciência e tecnologia. Isso é estratégia.

O nosso orçamento em ciência e tecnologia é de uma precariedade impressionante. A Presidenta Dilma começou o ano cortando R\$50 bilhões, e esse corte atingiu linearmente 26% do orçamento do MCT. Como se pode cortar orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia em um país como o nosso e em um momento como esse? Não cortou um centavo dos encargos para o pagamento dos juros da dívida pública. Um centavo! Temos que formular um projeto de desenvolvimento que tenha lado, que tenha clareza, que saiba por onde vai caminhar para se consolidar. Precisamos, progressivamente, tirar os investimentos em educação, seguridade, ciência e tecnologia, infraestrutura das metas de superávit primário. Tentamos fazer isso agora na razão de um para dez. O Congresso não aprovou.

“Tentamos tirar R\$4,5 bilhões para investimento em educação da meta do superávit, e não aprovaram. Mas aprovaram tirar R\$45 bilhões para as obras do PAC. Por que as obras no PAC são mais importantes que os investimentos em educação?”

Incluir educação nas obras do PAC: construção de escolas, compra de equipamentos, insumos, expansão de hospitais universitários, qualificação de professores.

Como professor de educação básica e de universidade, nunca vi colega meu botando fogo em dinheiro. ***Gasta-se com combustível, aluguel, alimentos, roupas, livros, tudo o que se ganha volta, sob forma de tributo, ao Estado. O que não volta para o Estado é a desoneração. O que não volta para o Estado é o Refis, que é Regime Especial de Fomento e Incentivo à “Sonegação”.*** Isso não volta para o Estado. São os valores não monetários, valores de construção de um outro modelo de desenvolvimento para uma outra sociedade. Esta é uma questão fundamental: o fim da DRU sobre as receitas da seguridade social. É um crime. Na discussão da PEC, o Relator, Deputado Odair Cunha, me contrapôs dizendo:

Você está errado, a DRU não desvincula despesa, desvincula receita.

[Eu disse:] Meu caro colega, a Constituição que jurei respeitar é a mesma sua. E a Constituição assegura, no art. 198, §3º, que o financiamento da saúde vem da receita da seguridade social. Se diminuo a receita, estou diminuindo o investimento em saúde.

O superávit da seguridade no ano passado foi R\$77 bilhões. Sabe quanto foi o orçamento da saúde no ano passado? O mesmo. Por que não se pega o superávit da seguridade e se aplica à saúde? Porque, primeiro, ele tem que atender a conta única para pagar o superávit primário. Precisamos desmontar essa estrutura de endividamento que alimenta a dívida pública. Não se regulamentou até hoje uma norma constitucional, que é a do teto da dívida mobiliária. Foi regulamentado para Estados e Municípios, foi comprometida parte da receita dos Estados e Municípios com a dívida. Mas a União não tem teto. Se entrar amanhã um Ministro da Fazenda que,

de uma hora para a outra, queira tirar da sociedade um volume de recursos e duplicar, de uma só vez o estoque da dívida mobiliária, ele pode fazer, porque não há teto. Aí, como não tem como se financiar com arrecadação tributária, então se financia não com emissão de moeda, como antes, mas com emissão de papel do Tesouro, ad infinitum. Não tem teto, não tem controle. Tem que se mudar essa arquitetura que alimenta a dívida pública. Tem que se desindexar.

O Plano Real não acabou com a indexação de preços e salários? **Por que até hoje há indexação da dívida de longo prazo com a taxa básica? Tem que ter auditoria na dívida pública, é norma constitucional. Não se faz.** Quando entramos com requerimento para convocar para a CPI da Dívida Pública, para ouvi-los, pela sua luminosidade, sapiência, competência, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, quase desabaram o plenário da Comissão. Não queriam. Eu fui autor do requerimento e fui pressionado por colegas de partidos de esquerda, que diziam: “Não faça isso, não se pode chamar o Ministro da Fazenda, nem tampouco o Presidente do Banco Central.” Perguntei: “Por quê? Eles são hansenianos? Eles vão nos contaminar? Vai acontecer alguma coisa?”. **Subserviência! Posição subalterna de um Poder que se acovarda, que não respeita o voto que o povo lhe confere para ser parlamentar neste Congresso. Qual é o problema de se chamar o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda?** Por acaso alguém vai lá armado? Ou alguém pegaria um sapato e jogaria na cabeça deles? Por quê? **Porque essa é a lógica da intocabilidade das autoridades macroeconômicas. São intocáveis. Não podem ser questionadas. A sua sabedoria está acima de nós mortais, subalternos. Isso não é democracia, é ditadura do pensamento único!** Uma democracia em que a maior parte da riqueza é blindada para atender ao interesse de uma parcela minoritária da sociedade não funciona. Tem que reclamar com o fabricante, o manual está errado.

“Outra coisa: tributação progressiva sobre grandes fortunas, fim do Refis, auditoria em toda desoneração tributária. Temos que acabar com essa farra de todo mundo, quando quer, bater às portas do Ministério da Fazenda e ganhar desoneração: para fabricar jatinho, lancha, jet ski, para fabricar isso, para fabricar aquilo, sem contrapartida. Quase dobramos a desoneração em 4 anos”.

Cadê o PIB, a desconcentração da renda regional, do investimento? Isso virou um mantra: desonera, desonera, desonera, para aquecer a economia. Desonerou? Transferiu renda da sociedade para os grupos capitalistas.

Em quarto lugar, o pacto nacional contra corrupção. Essa é uma proposta que a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção já entregou à Casa Civil, ao Supremo, e gostaríamos de vê-la executada de uma forma íntegra. Porque a corrupção é a mais antiga PPP da história da humanidade. Se parte da mídia, dos partidos e setores tendem a exacerbar o papel do agente público, é uma questão de oportunismo. Mas a corrupção é público-privada, é a mais antiga PPP da história da humanidade. Está enraizada. E eu já pejejei, já mandei até uma carta para o Vaticano perguntando ao Papa qual é o santo padroeiro do corrupto.

É muito mais estratégico para o País prevenir e defender o Estado do que realizar 200 operações da Polícia Federal e 50 CPIs no Congresso. Isso é espetáculo! Isso é atitude tópica! Isso é pulverizar a ação do Estado!

Nós queremos um pacto nacional contra a corrupção, até porque, quando a CGU audita verba federal que vai para os Municípios, os maiores gargalos são verificados em saúde e em educação, não em obras sem importância, não em insumos para escritório. O desvio ocorre na saúde e na educação.

A última questão com a qual me identifico, em que nós nos identificamos com alguns economistas importantes

do País, como Luiz Fernando de Paula, Franklin Serrano, Fernando Ferrari e outros, é uma nova governança da política monetária.

Quem tem poder para estabelecer lei é o Congresso. E a política monetária, hoje, passa completamente à margem do Congresso Nacional. Aqui as autoridades monetárias só vêm porque são obrigadas; se não fossem obrigadas, nem aqui viriam. E, quando vêm aqui, fazem ouvido de mercador.

Os objetivos da política monetária e as suas ferramentas devem ser definidos no espaço democrático do Congresso Nacional, ouvidas as federações da indústria, as entidades de crédito, as cooperativas, os agricultores, as centrais sindicais. Mas a administração dessas ferramentas competiria, sim, com autonomia, ao Banco Central. Mas os objetivos da política monetária, como ela é uma política fundamental para a estabilidade da economia, para a disponibilidade do crédito e para o desenvolvimento, quem os define é o Congresso Nacional! Os instrumentos da política monetária, quem os define é o Congresso!

E, por fim, sem o que não haverá perspectiva de futuro, falo do fim da subserviência tácita ou explícita ao projeto internacional de acumulação financeira. O que está acontecendo hoje? A Europa está em crise. Para onde os ativos financeiros da Europa querem ir? Em busca da rentabilidade. E onde eles estão intervindo?

Estão intervindo nos países em desenvolvimento, açambarcados pela crise da dívida pública, como definiu o Professor Belluzzo. Eles não têm como investir lá. O

“Se ele (o Prefeito) não cumprir com a meta de responsabilidade fiscal, é punido; se não cumprir com a meta constitucional de universalizar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, não acontece nada”.

mercado está contido. Aí eles alavancam as exportações para invadir o nosso mercado interno e vêm em busca da compra dos nossos ativos, com PPPs, com concessões.

Se for para seguir esse caminho, vamos radicalizar: vamos terceirizar o governo todo. O sujeito se eleger e, no dia seguinte, lança um edital para entregar a gestão do País a uma Oscip. Pronto! E fica só, de 30 em 30 dias, pedindo relatório.

Nós estamos provando que o Sistema Único de Saúde pode ser eficiente. Nós provamos agora, no debate sobre o IDEB, que a educação pública pode ser eficiente. Temos empresas públicas que se destacaram pela eficiência, pela excelência. E aí, na contramão, se entrega o País para os interesses da acumulação privada internacional.

Como diz a Ermínia Maricato, nunca fomos tão participativos. É conferência prá tudo! Há conferência da igualdade racial, de habitação, de saneamento, de educação! Mas não há conferência de macroeconomia! Não queiram isso! Não há conferência de economia. Só o Ipea fez duas conferências de desenvolvimento, ainda assim muito à margem da mesa central das decisões da economia do País.

Espero que façamos esse exame de consciência. Vamos ter um desafio daqui a 2 anos, que é a nova disputa pela Presidência da República. Os grandes projetos já estão anunciados. O projeto que está à frente do Governo, vai tentar se manter por mais 4 anos. Há a oposição tradicional dos democratas e do PSDB. Estima-se que possa haver uma candidatura do Presidente do PSB, o Governador do meu Estado, Eduardo Campos, no primeiro turno.

Qual vai ser o papel do PDT nesse contexto? O que vamos construir em termos de ruptura, de propositura, para mudarmos esses fundamentos e, ao mesmo tempo,

construirmos, como disse o Senador Cristovam Buarque, um projeto de desenvolvimento calcado em novos valores que não os do consumismo exacerbado, em que o bem-estar se dá na razão direta do tamanho da conta do cartão de crédito, em que o lazer é o shopping em dia de domingo? Como o Senador Cristovam Buarque disse muito bem, o custo do “rodoviarismo” que privilegia o transporte privado é o custo do não investimento na universalização da atenção básica, no Programa Saúde da Família, nos 100% de saneamento e na educação básica de qualidade.

A sociedade tem de optar. Se for pela opção do consumo individual e do prazer, vai optar pela via da importação de automóveis, pela compra do veículo privado. Assim, uma família terá quatro carros, duas famílias terão doze carros, três famílias terão dezoito carros, e as cidades vão enfartar. Mas o PIB vai crescer, não é, Senador? Os metalúrgicos do ABC vão ficar felizes porque o nível de emprego vai subir. Mas, se para subir, teve de desonerar IPI e Imposto de Renda e diminuir os Fundos dos Estados e dos Municípios, aí esse não é um problema dos metalúrgicos. Eles nunca vão conseguir atingir essa dimensão, porque vai prevalecer o corporativismo, o interesse privado do salário e do emprego, e o resto do País que se dane!



“O PDT não nasceu para isso. Nosso Partido nasceu na contramão. Nasceu em 1979, 10 anos antes do Consenso de Washington, no fim da primeira década de avanço da financeirização da economia no mundo. Eu, que fiz Educação Física e que, durante muitos anos, dei aula de natação, sei que é melhor nadar contra a maré do que nadar a favor da correnteza. Sem resistência, não se cria musculatura e, sem musculatura, a gente não se move, e quem não se move fica parado no tempo”.





Waldery Rodrigues Júnior
(Ipea, Senado)

Art. 1º- Estatuto do PDT

“O PDT é uma organização política da Nação Brasileira para a defesa de seus interesses, de seu patrimônio, de sua identidade e de sua integridade, e tem como objetivos principais lutar, sob a inspiração do nacionalismo e do trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando à construção de uma sociedade democrática e socialista”.

Como professor da UnB, em alguns cursos de pós-graduação, e professor também da FGV, do IBMEC e também de preparatórios, gostaria de comunicar que as opiniões expressas e eventuais erros devem ser colocados sob a minha responsabilidade e não de quem eu subsidio.

O art. 1º do PDT é bastante robusto, sólido e nos traz uma série de reflexões, dizendo aqui, ao final: “[...] objetivos principais: lutar, sob a inspiração do nacionalismo e do trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro [...]”. Estas são palavras tão fortes que, se você for olhar uma por uma e extrair a partir delas políticas públicas, certamente este País seria bem melhor. E continua: “[...] e pelos direitos e conquistas do trabalhador e do conhecimento [...]”.

Observem as palavras usadas: não só “trabalho” – claro, o trabalhismo está no DNA do Partido aqui representado –, mas a palavra “conhecimento”. Vejam que, cada dia mais, caminhamos para uma era do conhecimento, para um ponto de valorização do saber. E segue: “[...] fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando à construção de uma sociedade democrática e socialista”. Então, não poderia ser mais completo.

Quando realizamos um evento político como este, a pergunta é: como está a representação do Partido hoje? Como está a composição na Câmara e no Senado, por exemplo?

O gráfico mostra esta representação.

Figura 01: Composição Atual do Senado Federal

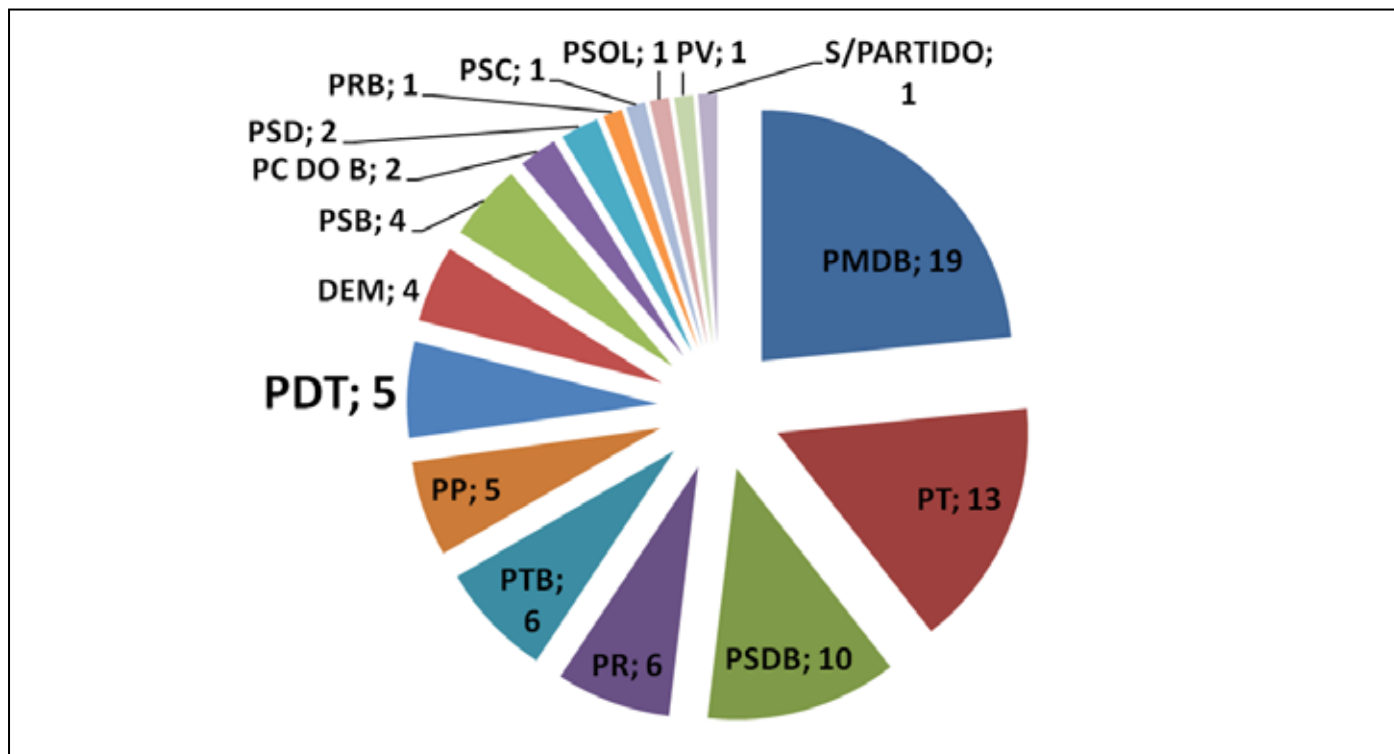
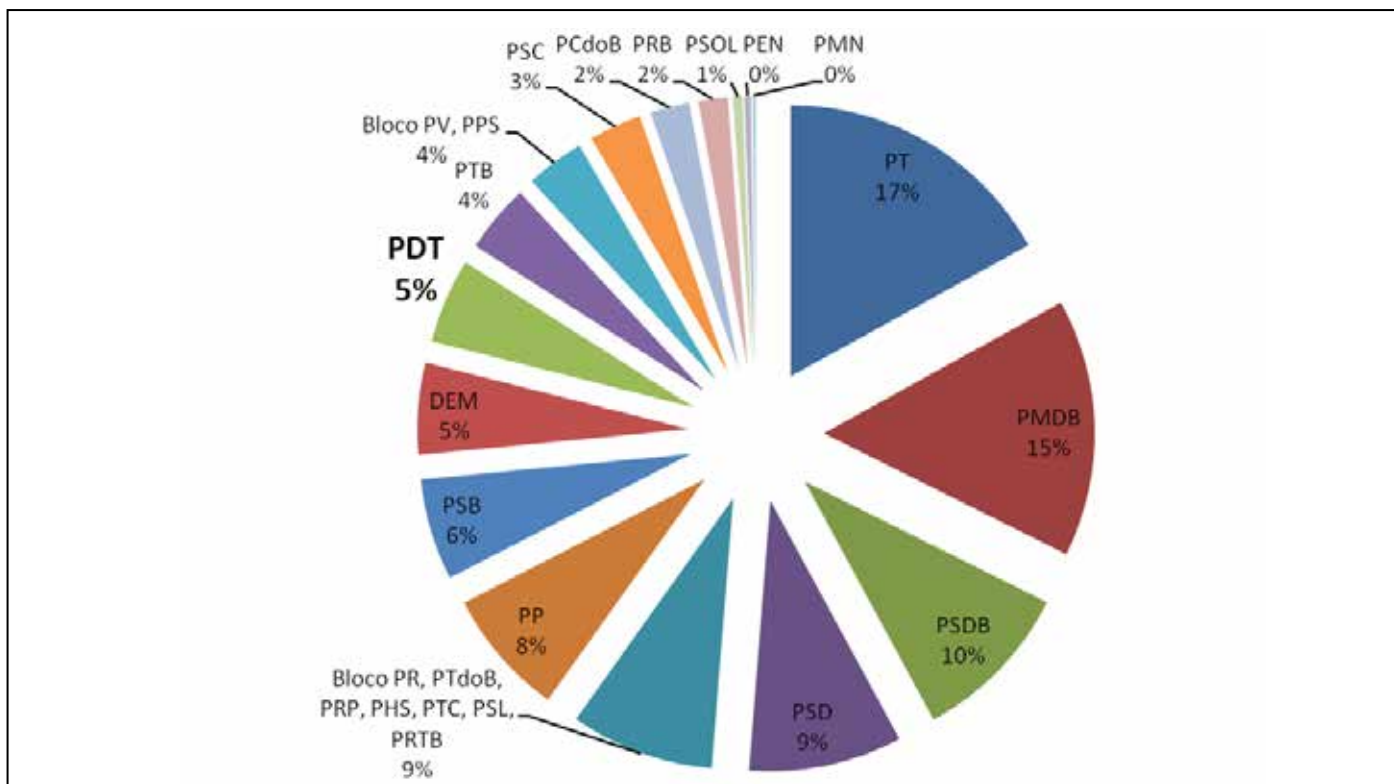


Figura 02: Composição Atual da Câmara dos Deputados



No Senado, o PDT conta com cinco Senadores. É um número considerável, formador de opinião e que pode mudar decisões em benefício da sociedade brasileira.

Na Câmara, nós temos uma fatia similar, com cerca de 5% da composição. E, em termos da distribuição partidária e orçamentária por Município, a participação do PDT implica que, ao longo dos anos 2000, 2004 e

2008, o número de prefeituras tem subido, o percentual também tem aumentado consistentemente e o tamanho do orçamento, em termos da receita orçamentária executada, também tem crescido.

A próxima tabela mostra as prefeituras em 2000, 2004 e 2008.

Tabela 01: Receita orçamentária executada do ano anterior (apresentada pelos municípios ao Tesouro Nacional)

Ano	Número de Prefeituras do PDT	%	Orçamento (R\$ milhões)
2000	288	5,18	2,171
2004	307	5,52	8,162
2008	352	6,33	13,802

Fonte: IBGE, TSE, Tesouro Nacional e ValorData
Elaboração: Autor.

Nos três quadros a seguir, de 2000, 2004 e 2008, mostre-se as ponderações. O ponto central é que estamos falando de um Partido relevante que pode, sim, pautar uma agenda e alterar elementos substanciais para o País.

Entre as motivações desse seminário, destacamos alguns apontamentos:

- O momento atual mostra-se promissor para uma discussão qualificada sobre os entraves e desafios para a Economia brasileira e sobre as soluções de médio/ longo prazo em contraposição às medidas conjunturais

como as adotadas atualmente.

- Temas fundamentais ao nosso país - Educação, Emprego, Saúde, Previdência, Pobreza, Ciência & Tecnologia, Desigualdades Regionais, Instituições, Sustentabilidade, Soberania – estão direta ou indiretamente associados às decisões econômicas e precisam ser pensados com soluções efetivas, duradouras e que tragam benefícios reais à sociedade brasileira.

- A questão central é: COMO FAZER para termos políticas públicas para o Brasil ser, integralmente e em poucas décadas, um país de primeiro mundo?

2008	2004	2000		
Partido	Prefeituras	Brasil em %	Orçamento	
● Todos	5.563	100,00	R\$	211.796 MI
● PMDB	1.203	21,83	R\$	48.208 MI
● PSDB	792	14,24	R\$	28.907 MI
● PT	558	10,83	R\$	32.786 MI
● PP	553	9,94	R\$	11.549 MI
● DEM	496	8,92	R\$	32.748 MI
● PTB	413	7,42	R\$	11.430 MI
● PR	356	6,94	R\$	7.3614 MI
● PDT	352	6,33	R\$	13.802 MI
● PSB	310	6,67	R\$	11.437 MI
● PPS	128	2,32	R\$	3.477 MI
● PV	75	1,35	R\$	3.283 MI
● PSC	57	1,02	R\$	1.901 MI
● PRB	64	0,97	R\$	1.000 MI
● PMN	42	0,75	R\$	798 MI
● PCdoB	41	0,74	R\$	1.690 MI
● PRP	18	0,32	R\$	217 MI
● PTN	16	0,29	R\$	106 MI
● PSL	15	0,27	R\$	183 MI
● PHS	13	0,23	R\$	193 MI
● PTC	13	0,23	R\$	198 MI
● PRTB	11	0,20	R\$	232 MI
● PSDC	8	0,14	R\$	133 MI
● PTdoB	8	0,14	R\$	131 MI

Figura 03: Distribuição partidária e orçamentária - 2008



Fonte: IBGE, TSE, Tesouro Nacional e ValorData | Pesquisa: Murilo Giovanelli e André Mizutani
 Infográfico: Bruno Sampaio | Programação: Valmir Junior e Bruno Sampaio

Estamos, portanto, buscando subsidiar um posicionamento formal do PDT, analisando os entraves, as soluções atuais, o impacto da crise, e as soluções não conjunturais (ou de curto prazo), mas estruturais, olhando mais o médio e longo prazos.

Vou comentar também alguns outros pontos.

- Quais os grandes entraves da economia brasileira?
- Que soluções foram desenhadas e implementadas?
- Quão duradoura será a crise internacional e quais seus efeitos sobre o Brasil?
- Quais as soluções estruturais e de médio/longo prazo que o Brasil precisa?
- Quais os custos e perdas que teremos se estas soluções não forem adotadas?
- Como os segmentos de educação e trabalho - bandeiras históricas do PDT - são afetados pela crise e pela forma como a atual gestão econômica é feita no Brasil?
- Quais as soluções ideais para a educação e para o mercado de trabalho que o Brasil precisa e merece? Ou como fazer para o Brasil ser o 6º país do mundo não somente em termos de PIB, mas também na qualidade da educação e na valorização do mercado de trabalho?

Um ponto salta aos olhos: o Brasil é a sexta economia do mundo. Isso é importante? Sim, mas nem de longe o suficiente. É interessante como, às vezes, um bom fato pode ser usado para adormecer uma cidadania, para neutralizar ações e reações. O fato de sermos a sexta economia nos coloca algo como: agora somos alemães, agora somos franceses, agora temos uma sociedade como a dinamarquesa, a norueguesa, uma sociedade nórdica. Na verdade estamos muito longe disso.

A pergunta é: que tipos de cidadãos estão sendo formados ou fomentados no país? Na realidade, não é tão relevante ser a sexta economia mundial. Quem dera

fôssemos a quarta, a primeira, a segunda economia do mundo. Mas o importante é que estivéssemos sempre entre os dez primeiros nos quesitos que mais interessam: qualidade do mercado de trabalho e valorização da cidadania como um todo, incluindo nesse contexto, saúde e educação. Estamos longe disso.

Permita-me fazer um mapeamento. Como técnico do Ipea – sou do Ipea desde 1995, do primeiro concurso nacional – e também como professor, primeiro nós olhamos a floresta, vemos os pontos principais, e depois olhamos as árvores em particular, os detalhes.

No primeiro mapa, a composição do Partido, sua relevância, sua capacidade de fazer a diferença agora. Depois, a importância das variáveis econômicas. Na realidade, a economia é uma ciência ou, como alguns dizem, uma semiciência. Mas o fato é que é um estudo, uma técnica, uma ferramenta que, se bem utilizada, traz soluções; se mal utilizada, pode trazer sérios malefícios.

E em grande medida, os cidadãos, em toda parte do mundo, em qualquer período do tempo, podem

se tornar, sim, escravos das soluções econômicas, em particular das soluções macroeconômicas adotadas.

O segundo ponto é esta briga entre o tamanho do PIB que queremos e a inflação. Esse binômio PIB/inflação é extremamente preocupante, instigante; se mal utilizado também pode gerar problemas. Isso gera preocupações aqui no Congresso, aos Deputados, aos Senadores, aos prefeitos, aos vereadores, aos deputados estaduais, e gera também preocupação nos outros Poderes.

A Presidente Dilma Rousseff, não à toa, tem se manifestado com frequência com relação ao tamanho do PIB no País. Dá-se uma importância demasiada ao tamanho da economia. Decerto, desejamos ter sim uma economia movimentada, uma economia aquecida, mas

isso não é condição suficiente para termos cidadania plena. E a inflação também é outro ponto importante.

Em seguida nós temos a ideia de preços da economia, quais são os mais importantes. Essa solução de pacote atrás de pacote (parece até que retornamos à década de 80) que soluciona determinada parte do problema, não soluciona o todo. É um arremedo de solução, e não uma solução completa. Qual seria a solução completa?

O que precisaríamos fazer para ter uma economia mais robusta, uma economia direcionada para o cidadão, uma economia não direcionada para determinados setores de produção, mas sim para o cidadão, ao cabo e ao final, que é o que interessa? Como seria isso? Seria por pacotes ou por soluções estruturais? Dados do mercado de trabalho, em particular os dados do Caged/Ministério do Trabalho trazem informações instigantes. Segue-se uma análise do nível de desemprego e depois do consumo. A mobilidade do consumo existe. O Brasil experimentou uma mobilidade de consumo muito forte recentemente. Aliás, hoje somos 194 milhões de cidadãos. Nas últimas décadas, houve uma migração de 30 milhões de pessoas que nunca usaram cartão de crédito e agora têm um poder de compra ampliado. Isso deve ser comemorado? Sem dúvidas, mas isso também deve ser tratado com uma forte precaução, uma forte preocupação com o controle de gastos desnecessários. E isso não tem sido feito.

Pode-se falar que há mobilidade no consumo. E a educação é móvel? Não. Por décadas estamos estagnados. Melhoramos na frequência, na universalização, mas, em particular, os dados mostram

que a qualidade da educação não está boa. E podemos olhar isso com números, com dados, numa tabela, ou podemos falar de um conceito mais direto.

Então, permita-me primeiro o conceito. Qual é o Estado mais rico do País? São Paulo. O que se esperaria do Estado mais rico do País? De uma pessoa que estudou até o final do ensino médio? Que tivesse domínio sobre diversas etapas do conhecimento ou diversas praticidades. Na realidade, boa parte do pessoal que concluiu o ensino médio em São Paulo não consegue ler corretamente um relógio analógico. Ou, quando vai comprar em um supermercado não consegue fazer uma simples conta de subtração e usa uma calculadora ou o celular como calculadora, aponta para algo preocupante. Isso mostra que o cidadão brasileiro está sendo parcialmente contemplado com suas necessidades.

Crédito imobiliário. Vou comentar também por que o Governo vai priorizar o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A ideia de um forte consumo das famílias é outro ponto a ser discutido, assim como a LDO, que foi aprovada recentemente.

Estive dois anos e meio no Ministério da Fazenda, trabalhando no projeto de reforma tributária que o próprio Executivo não quis aprovar. Em 2007 e 2008, mandamos a PEC 233/2008 para o Congresso Nacional. Por várias vezes fui ao Senado, como membro do Ministério e não aprovamos uma solução para esse “monstrego” no Brasil chamado carga tributária.

Todas as vezes que vou a uma padaria, encontro um catador de papel e ele compra um pãozinho francês.

“O fato de sermos a sexta economia nos coloca algo como: agora somos alemães, agora somos franceses, agora temos uma sociedade como a dinamarquesa, a norueguesa, uma sociedade nórdica. Na verdade estamos muito longe disso.”

Ele sai, eu compro o mesmo pãozinho francês e pago o mesmo imposto que ele. A partir daquele movimento simples, o que aconteceu? Eu fiquei relativamente mais rico e ele mais pobre.

A carga tributária no Brasil, que é de um pouco mais de 35% do PIB, não tem correspondência na prestação de serviços – saúde, educação, segurança pública, etc. –, e pior, penaliza fortemente a classe mais pobre. Aí a pergunta é: o Governo atual está enfrentando esse problema? Não está. Pelo menos de forma completa.

E digo isso como alguém que ficou centenas de horas fazendo simulações sobre ICMS, sobre transferência, compensação de Municípios, compensação de perdas que alguns dos Estados sofreriam com as mudanças propostas. Esta é uma questão central importantíssima e que não foi tratada devidamente. É claro que há avanços. O Governo tem tratado disso, mas longe de uma solução que realmente traga o que o Brasil merece.

Nosso sistema financeiro precisa ser analisado. O Deputado Paulo Rubem já mencionou diversos pontos e o Senador Cristovam Buarque citou a forte concentração do crédito no Brasil (e ele de fato é fortemente concentrado). **Investimos pouco, poupamos pouco. E uma nação que investe pouco e poupa pouco não tem futuro. O futuro vem pelo tamanho do investimento e da poupança que se faz.** Isso é verdade para nós, individualmente, e para o País como um todo. Se não temos uma poupança razoável, como vamos conseguir comprar uma casa melhor ou investir na educação dos nossos filhos ou na nossa saúde?



Qual tem sido a ênfase, nos últimos 12 anos? A elevação do consumo.

É importante? Claro que é importante. Agora, as pessoas têm televisão, têm celulares, mas não têm saúde, nem educação, nem segurança pública. Isso é verdade tanto para as áreas urbanas como para as rurais do País. O IDEB foi divulgado recentemente e quero comentar um pouco sobre ele.

A participação do BNDES também é um tema de primeira grandeza. Se olharmos as contas e analisarmos quantos bilhões de reais o BNDES tem recebido via emissão de dívida pública, aumentando a dívida bruta do país (ou seja, eu e você ficamos mais endividados) e quando o BNDES empresta, por exemplo, para um frigorífico, a juros subsidiados, o estoque

destes empréstimos somam R\$360 bilhões desde 2009! Mas aí, uma realocação de R\$4 bilhões ou R\$4,5 bilhões para a educação gera um debate imenso no governo. Falando assim, parece um número pequeno: "Mas R\$360 bilhões de 2009 para cá, será que isso é muito?"

A greve dos professores já dura mais de 90 dias. A dificuldade de acordo gerou, por parte do Governo, uma contraproposta que vai ter um impacto de R\$0,8 bilhão/ano. Ou seja, menos de R\$1 bilhão por ano. É essa a margem de negociação que existe para este setor.

Há um problema grande, que pode se transformar em uma oportunidade para o PDT, que é o seguinte: há um vácuo entre o que o PSDB fez e o que não fez e entre o que o governo do PT fez e o que não fez.

É simples concluir que as desigualdades regionais se mantêm no Brasil. Há problemas graves de educação, saúde e violência. Alguém pode pegar essas bandeiras e apresentá-las à sociedade. Um Partido como o PDT, com presença na Câmara, no Senado e nos Municípios, tem sim, um poder de fogo, de decisão, para pautar essa agenda.

A Petrobras - e aqui estamos falando de Getúlio Vargas e do PDT na sua essência -. O que está acontecendo com essa grande empresa chamada Petrobras, a maior empresa do País? Os dados são alarmantes.

A Presidente Graça Foster vai estar aqui no senado, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). É uma excelente oportunidade para o Congresso Nacional fazer perguntas, contrapondo o plano de investimento dos próximos quatro anos para a empresa versus o plano de investimento que ela teve ao longo do tempo. Ou seja, quais as diferenças entre a gestão Foster e a gestão Gabrielli, por exemplo. Estamos falando de um patrimônio nacional que, em grande medida, não é público. Deveríamos ter diversas audiências públicas sobre a Petrobras no Congresso.

O que aconteceu com os acionistas minoritários da Petrobras? Se você investiu na Petrobras, recentemente, perdeu muito dinheiro. Essa é a realidade. Por que isso aconteceu? É uma empresa de ponta, tem excelentes técnicos, um dos melhores quadros de engenheiros e técnicos do mundo. Então por que a Petrobras vem apresentando esse mau desempenho? E como podemos recuperá-la como uma bandeira nacional e, em particular, do PDT?

Outros tópicos. Há preocupação com produtividade. Há vulnerabilidade externa: o mundo enfrenta problemas seriíssimos.

Quando a dificuldade está longe nós, não a sentimos. Só para citar um exemplo, eu sou de uma cidade pequenininha localizada no sul do Ceará, chamada Missão Velha, na região do Cariri, pertinho de Recife. Há décadas, as pessoas que tinham dinheiro, iam estudar em Recife, não em Fortaleza.

O ponto central é: será que essa crise internacional chega lá naquele “interiorzão”? A resposta é: chega, chega fortemente. Se políticas forem mal alocadas, se tiver falta de prioridades nos recursos públicos, o cidadão deixa uma cidadezinha pequena para migrar para São Paulo ou

Brasília, que são as maiores rendas per capita do País. O cidadão é afetado.

As notícias que vêm mundo afora, são preocupantes.

No Ceará, como em boa parte do Nordeste, os portugueses e os espanhóis compraram boa parte dos hotéis sob a forma de investimentos diretos. Hoje, Portugal e Espanha

enfrentam sérios problemas.

Na semana passada, foi noticiado que supermercados no município de Girona na Espanha, estão colocando cadeados nos lixos, para evitar que pessoas pobres comam alimentos que estão deteriorados. A crise na Espanha aumenta esta procura dos mais necessitados por alimentos colocados no lixo. Há uma questão de saúde pública: um direito de toda a população a uma alimentação digna, evitando desta forma o consumo de produtos estragados.



Vejam a disparidade. Há poucos anos, um país que era um touro - a Espanha - comprando em boa parte do mundo, investindo diretamente no mundo, hoje, está de joelhos.

Portanto, se você não trata bem esse item chamado Economia, ele massacra o tecido social: gera desemprego e falta de oportunidades. Se você o trata bem, se sabe diagnosticar e se, efetivamente, usa o poder político para implementar políticas públicas adequadas, no tempo correto, você melhora a vida dos cidadãos.

A Espanha enfrenta problemas. A China enfrenta problemas. Os Estados Unidos também patinam. O Japão ainda não se recuperou da década perdida (anos 90). A Europa, como um todo, está quebrada - com problemas relativos ao euro. E o Brasil fica inerte, indiferente a esse quadro todo? Não, não fica. Se não buscarmos soluções – e não temos buscado todas as soluções devidas –, ficaremos em situação complicada. Qual será o impacto aqui no Brasil? Teremos diversos. A agenda, na realidade, é riquíssima.



O que temos de fazer, na realidade, é definir prioridades, embora – e é uma pena dizer isto – muitos Parlamentares que poderiam pautar a agenda infelizmente não o fazem. Acompanhamos, na Comissão Mista de Orçamentos (CMO), várias vezes, a participação do Deputado Paulo Rubem e vejo a importância de alguém lúcido sugerir ou rejeitar uma proposta, dizer um “não” ou dizer um “sim”, quando adequado, ao tema do Orçamento que está no Congresso Nacional. Nosso Orçamento é da ordem de R\$2,2 trilhões. Não existe nenhuma lei mais “pesada” que a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela só tem 11 páginas, com vários anexos, mas é uma lei que pesa muito sobre a população.



Cada minuto que um Deputado Federal ou um Senador se dedica a olhar a má gestão orçamentária no Brasil, ele faz um bem enorme para centenas, dezenas, milhões

de brasileiros. Nosso Orçamento de R\$2,2 trilhões – e que ao final tem executado aproximadamente R\$ 1,7 trilhão – gera fortíssimos impactos na sociedade. Então, é importante priorizarmos isso.

Há, aqui, um grande poder de influência do PDT, desde a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados até a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), passando por outras comissões, tanto na Câmara quanto no Senado que, direta ou indiretamente, estão associadas aos tópicos de orçamento e economia, e a Comissão Mista de Orçamentos.

Ao final, tenho uma metáfora a ser discutida aqui: estamos formando cidadãos completos ou apenas infracidadãos ou semicidadãos? Que tipo de cidadãos temos?

A importância da economia é tão grande que um grande economista, Keynes, que influenciou gerações e gerações de economistas, disse que boa parte dos homens e mulheres em geral são escravos das ideias de economistas. E economia ganha eleições e faz perder eleições.

Abaixo seguem duas frases que quero destacar:
– “Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista já falecido” (Keynes)
– “É a economia, estúpido” (James Carville, assessor da campanha de Bill Clinton em 1992)

A situação que o atual Governo menos gostaria de ver neste momento é a sua comparação com o passado recente, principalmente com o período FHC 1. **Estamos próximos dele. A atual gestão Dilma está mais próxima de FHC 1 do que FHC 2, de Lula 1 ou de Lula 2.**

No quadro abaixo temos uma análise do modelo econômico atual. O quadro pode ser assim descrito:

em 2003, o crédito como percentual do PIB no País era muito baixo, pouco mais de 20%. O nível de desemprego era muito alto, da ordem de 12%, e o endividamento das famílias não era tão alto. Então, o que alguém sagaz como o ex-presidente Lula faz? Olha o quadro: baixo endividamento, baixo nível de crédito e forte desemprego. Identificou ali uma solução extremamente eficiente, positiva em grande medida para o País: vou estender os programas de transferência de renda.

Lista de Pontos Importantes para o Modelo Econômico Escolhido:
Exagerada preocupação com o crescimento do PIB no curto prazo
Pouca preocupação com Crescimento no Médio/Longo Prazo (10, 15, 20 anos)
Produtividade !
Comparação 2003 com 2012
Nível de Crédito/PIB
Nível de Emprego
Endividamento das Famílias

Essa situação já mudou. Para se ter uma ideia, o crédito saiu de 25% para 50% do PIB. O desemprego, que era de 12%, hoje está em 5,8% – caiu à metade. O endividamento das famílias já é preocupante. Ou seja, o modelo usado em 2003 não pode ser replicado em 2012, 2013, e, em particular, no período de 2014 a 2018.

Foi divulgado recentemente o boletim Focus do BACEN, que mostra as expectativas para o crescimento da economia. O PIB deve crescer 1,75%, e a inflação deve ser um pouco mais de 5%. Todos buscam ter um quadro com PIB forte, crescente, com recursos bem distribuídos e com uma inflação baixa. Ninguém gosta de PIB baixo, porque isso gera desemprego. Ninguém gosta de inflação alta, porque isso gera desorganização e incerteza na economia e, em particular, gera um peso

maior sobre quem é mais pobre. Nós, aqui, conseguimos atenuar os efeitos maléficos da inflação. Aplicamos em uma renda fixa, optamos por investimentos financeiros, temos como parcelar em cartões de crédito etc. Quem não faz isso? As classes sociais mais desfavorecidas. Nós ainda temos 23 milhões de miseráveis no País. O dado oficial do Governo é 16,7 milhões. Na realidade esse número (16,7 milhões) saiu pragmaticamente a partir da nota de corte de ganho de até R\$ 70,00 por mês.

Mas, na realidade, o número é mais preocupante: são 23 milhões de miseráveis no Brasil. Isso é mais que a população de vários países no mundo (como Síria ou Austrália ou Madagascar).

Os impostos no Brasil funcionam como uma bigorna (sobre a cabeça das pessoas). Quando você tem inflação, essa bigorna fica mais pesada. Essa turma (de miseráveis) não tem como escapar. Então, é ruim ter inflação e é ruim ter PIB baixo.

A expectativa de crescimento do PIB tem caído nos últimos anos, de quatro para menos de dois. E o IPCA –

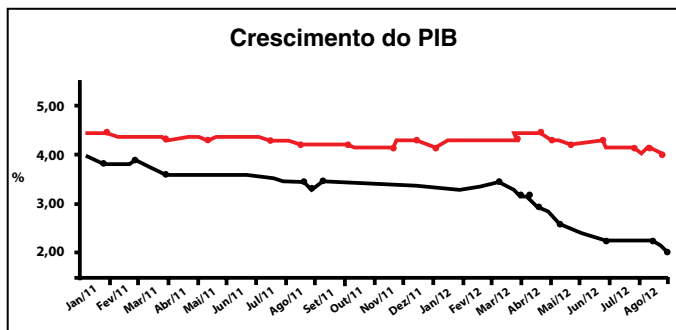
que é um dos medidores de inflação e é o oficial usado no Sistema de Metas para a Inflação – na realidade tem subido. Isso mostra um desalinhamento na economia. De novo, problemas e oportunidades. O que devemos fazer? Nem ficar parados e pensando somente no PIB, nem ficar achando que, se não controlarmos a inflação - via Sistema de Metas de Inflação -, estaremos perdidos. Não é uma coisa, nem outra. O que se deve ter são políticas sólidas que contemplem saúde, educação e combate à violência - segurança pública - e tratar esta situação com parcimônia.

Se você perguntar para um economista qual é o nível ótimo de inflação e qual o nível ótimo de PIB, ele não vai saber de tudo na realidade. E não é culpa dele, não. A ciência econômica é ainda muito recente, está na sua infância. Então, essa preocupação exacerbada com crescimento do PIB deve ser olhada com muito cuidado, em particular com números que a suportem ou que a neguem.

Ainda sobre o PIB: a expectativa, que era de crescimento de 1,9%, agora caiu para 1,75%. Portanto, a expectativa com relação ao PIB tem caído realmente e a inflação aumentado. Esse é o pior dos mundos. É como se você estivesse controlando quatro bolas jogadas ao ar e alguém colocasse mais uma. Aí você tem que controlar a quinta. O Governo está particularmente nessa situação. É importante que neste caso, observando um quadro econômico como este, que quem tenha história, bandeiras, propostas, coloque-as à mesa. Não há crianças nessa discussão entre Executivo e Legislativo, portanto, a discussão à mesa tem que ser dada de forma madura.

Há o problema de greve dos servidores federais, com a expectativa de queda na receita em 2012. Mesmo o superávit primário, entendido como um esforço fiscal, se tratado como um dogma complicará fortemente a gestão econômica e a vida do cidadão. Às vezes, se erra, e se

Figura 04: Expectativas para o Crescimento do PIB – Boletim Focus 20/ago/2012



Fonte: BACEN

tenta consertar com outro erro. Dois erros não levam a um acerto. O esforço fiscal necessário para controlar problemas antigos do Brasil é um ponto, mas não alocar eficientemente os recursos é um erro tremendo. O Brasil é o segundo país que mais paga juros da dívida; não é o maior, a Hungria ganha do Brasil. Mas é um ranking péssimo; é uma olimpíada que nós não deveríamos ganhar.

O índice do Banco Central (IBC-Br) - tecnicamente falamos que se trata de um conjunto de indicadores antecedentes da atividade econômica – é usado para antecipar o que vai acontecer com a economia. Seu resultado recente mostrou certo alívio para quem anda preocupado com o crescimento do PIB. Mas esse alívio veio do lado do consumo, e não do lado do investimento.

Quem investe pouco, quem poupa pouco, não cresce mais à frente. Quem só consome, consome, consome, está em uma situação “interessante”, mas não constrói praticamente nada.

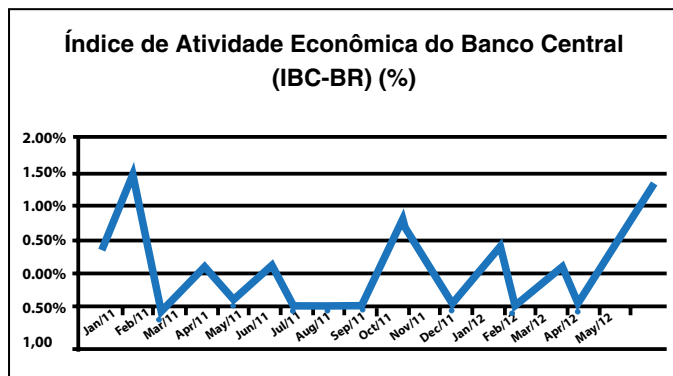
Os dados de investimento e poupança no País são preocupantes e a expectativa do PIB leva a uma frase dessas: no dia (21/06/2012) o Credit Suisse, que tem

uma das melhores equipes de forecasting para o PIB, estimou a taxa em 1,5%. O ministro Mantega respondeu dizendo que “era piada”. A conferir.

O ponto central é: deve existir sim a preocupação com o crescimento do PIB, mas ela não pode ser desmesurada. Temos que ver quais são as políticas realmente necessárias, quais são as prioridades e alocar recursos para cada uma delas.

O Brasil é um país com todos os preços equilibrados? Não. Efetivamente, o País em que vivemos atualmente possui diversos desalinhos e desequilíbrios, que não podem persistir indefinidamente. O nosso imóvel, por exemplo, é caro, não só em Brasília. Em Recife, em Fortaleza, em Porto Alegre o imóvel também é muito caro. O tablet e os nossos telefones celulares estão entre os mais caros do mundo – mesmo levando-se em conta a correção pela paridade do poder de compra, que nós chamamos dólar PPP. Por que isso? Significa que o governo brasileiro, em parte, não cuidou do dever de casa. Mas como podemos ser produtivos se não sabemos ler um relógio analógico? Como é que você consegue produzir mais? **Como é que você consegue sair, como bem disse o Senador Cristovam Buarque, do país do “montado no Brasil”, ou “fabricado no Brasil”, para o país do “criado no Brasil”? Para criar, e aí vem o art. 1º do Estatuto do PDT, escrito de próprio punho por Leonel Brizola, tem que ter conhecimento. Sem conhecimento não há nada.**

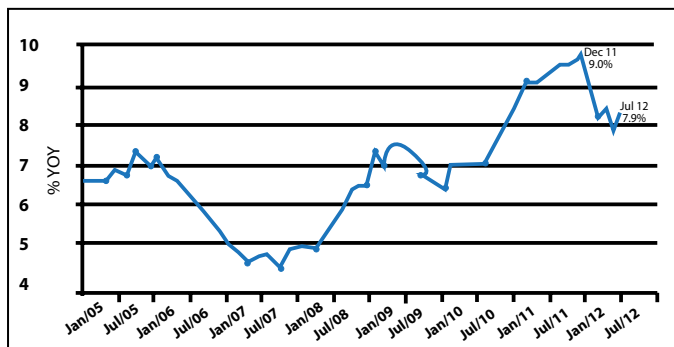
Figura 05: Índice IBC-BR do Banco Central



Fonte: Banco Central Elaboração: Assessoria Econômica do Gab. Sen. Cristovam Buarque

A inflação de serviços, em particular, pesa muito, 9%. Aí você me diz: “Mas essa inflação, será que não dá para conviver com ela?”. Há um problema sério aqui: depende de quem vai segurar este custo. Se recair sobre os mais pobres, é uma complicação. Porque mesmo que se conviva com uma inflação mais baixa, digamos de 7% ao ano, sabe o que isto significa? Implica em uma situação que, em 10 anos, dobram-se os preços. Você vai cortar seu cabelo hoje, a um custo de R\$ 40,00. Se a inflação for de 7%, em 10 anos é o dobro deste valor. Se você vai

Figura 06: Preços “Desalinhados”- Inflação de Serviços



Fonte: Bacen.

ao dentista e se a inflação de serviços é de 7%, haverá um aumento do preço para o dobro, em 10 anos.

Dos outros países analisados (Reino Unido, Suécia, Noruega, Polônia, México, Chile, África do Sul, Colômbia, Austrália, Estados Unidos, China e Rússia) somente a África do Sul está num quadro similar ao nosso, mesmo assim um pouco melhor. Os países que estão ruindo, que estão com problemas sérios, como os Estados Unidos, têm uma inflação bem mais baixa.

Aqui, nesta Casa, eu já tive, infelizmente, a oportunidade de presenciar autoridades expondo dados que são verídicos, verossímeis, sem apresentarem os pontos desfavoráveis. Ou seja, você pode esconder a economia por 1 ano, por 2, 3, 4 anos. A economia responde. A economia é um sistema. Sabemos muito pouco sobre ela, mas sabemos uma coisa: ela responde e também eleger ou não.

Os dados têm mostrado certa reação no mercado de trabalho, no varejo, mas que não é permanente. Parece mais uma reação devida à ciclicidade da economia. E o momento adequado para a discussão desses temas é agora. Nós lemos nos jornais diversas notícias de

complicações na área da economia. Isso vai arrefecer no ano que vem, em particular no primeiro semestre ou, talvez, no segundo semestre, as notícias vão ser mais favoráveis, porque a economia intrinsecamente apresenta flutuações (altos e baixos). Qual o momento ideal para se avançar? É o momento em que as suas bandeiras mostram as soluções para os problemas em curso. Então, é importante o PDT avançar agora. Não somente em 2013.

Os dados do Caged trazem alguns alívios, alguns assopros para tantas mordidas. O Caged é um cadastro geral do emprego. A reação no mercado de trabalho é quem vai ditar, realmente, para onde vai o Governo Dilma. Na realidade, nos governos Lula 1 e 2, nós tivemos o mercado de trabalho com uma configuração extremamente difícil de se obter. O que tínhamos até então? Queda no desemprego com salários subindo, mesmo quando descontada a inflação (tecnicamente chama-se salário real). Então, nós temos alto emprego com altos salários. É o melhor dos mundos; só que isso não se sustenta se você não executar medidas corretas, de aumento de produtividade, de valorização da educação e que mudem a estrutura. Você não consegue segurar isso por tão longo tempo.

Esse é o dado, acumulado em 1 ano, da criação de empregos. Até dezembro de 2010, criaram-se 2 milhões de empregos. Isso vem caindo consistentemente. Quando fechamos o mês de junho, de julho do ano passado para junho deste ano, criamos quase a metade de 2 milhões: 1,2 milhão. Então, o mercado está perdendo essa capacidade de criação de emprego. O modelo adotado em 2003 está se exaurindo – foi algo que o Senador Cristovam Buarque apontou. Precisamos buscar outra solução. A FGV estimou a queda na geração de empregos em 2012: menos 400.000. E o mercado de trabalho reage de forma defasada em relação ao PIB. Com o índice de desemprego na faixa de 5,8%

(agosto/2012), ressaltando que partimos de um patamar de 12,4% em 2003 e, portanto, o uso desse modelo como propulsor do desenvolvimento era justificável, agora não mais (pelo menos, não mais com o mesmo ímpeto).

Em relação ao consumo, precisamos analisar sua mobilidade e configurações. Em 2003, 66 milhões de brasileiros estavam na classe C. Agora, são mais de 100 milhões de pessoas. Portanto a mobilidade no consumo mostra que, em 10 anos, a classe C teve um aumento gigantesco e ficou realmente muito forte. Useuse o aumento do consumo como uma política, mas isso não quer dizer que a solução esteja por aí. Temos sim que comemorar, mas nos precaver também, porque o

na segunda fase do ensino fundamental, é uma criança, em média, com 11 até 14 anos; e na fase final são os adolescentes, os alunos com 15, 16 e 17 anos.

Qual é o resultado? Fomos reprovados! Nós estamos, numa escala de 0 a 10, com os nossos pequenos com a nota 5. As crianças na segunda fase estão com nota um pouco acima de 4. E com os maiores, estamos com uma nota no IDEB 2011 de 3,7. É um drama o fato de termos uma educação que patina nesse nível. Significa que, de uma nota que tem o máximo de 10, você tem o País não chegando nem à metade, quando se olha no todo. Há uma divulgação oficial de que a média dos países da OCDE seria de um IDEB igual a 6,0. Não fui convencido

Figura 07:: Estagnação na Educação do Brasil (IDEB 2011)

Tabela: Resultados do IDEB para o Brasil, 2005/2011, por Dependência Administrativa												
Anos Iniciais-Ensino Fundamental					Anos Finais-Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.5	3.8	4.0	4.1	3.4	3.5	3.6	3.7
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.2	3.5	3.7	3.9	3.1	3.2	3.4	3.4
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	3.3	3.6	3.8	3.9	3.0	3.2	3.4	3.4
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.1	3.4	3.6	3.8				
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	5.8	5.8	5.9	6.0	5.6	5.6	5.6	5.7

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Elaboração: Assessoria Econômica - Gab. Sen. Cristovam Buarque/Ensino

consumo moveu-se.

Mas olhem o outro dado: e a educação? O que está acontecendo com a educação? Está estagnada. Vejam, esses são os dados do IDEB, divulgados no ano passado, de 2005, 2007, 2009 e 2011.

No Brasil – e aqui se pode separar em três fases: os anos iniciais do ensino fundamental, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos, onde a criança tem, em média, de 6 a 10 anos; depois,

da metodologia usada para chegar a este valor (li as 3 notas técnicas oficiais sobre o assunto). Creio que o valor dos países desenvolvidos é muito maior: algo como um IDEB de no mínimo 8,0. Em síntese: o IDEB 2011 mostra que fomos reprovados (em todos os 3 níveis). Quando olhamos o resultado detalhadamente para as várias categorias de escola pública (estadual e municipal, pois o MEC não colocou os dados das escolas federais, que apresento mais à frente) obtém-se um grande problema.

Essa reprovação se deu de uma maneira generalizada no Brasil. De 4,1 - por exemplo -, para aqueles alunos de 11 a 14 anos, todos os Estados, em particular do Norte e do Nordeste, apresentaram a mesma situação.



Fonte: Saeb e Censo Escolar.
Elaboração: Assessoria Econômica - Gab.
Sen. Cristovam BuarqueEnsino

InepTabela: IDEB - Anos Finais Ens.Fund- p/Unid.				
FederaçãoElaboração	2005	2007	2009	2011
Brasil	3.5	3.8	4	4.1
Norte	3.2	3.4	3.6	3.8
Rondônia	3.4	3.4	3.5	3.7
Acre	3.5	3.8	4.1	4.2
Amazonas	2.7	3.3	3.5	3.8
Roraima	3.4	3.7	3.7	3.7
Pará	3.3	3.3	3.4	3.7
Amapá	3.5	3.5	3.6	3.7
Tocantins	3.4	3.7	3.9	4.1
Nordeste	2.9	3.1	3.4	3.5
Maranhão	3.0	3.3	3.6	3.6
Piauí	3.1	3.5	3.8	4.0
Ceará	3.1	3.5	3.9	4.2
Rio Grande do Norte	2.8	3.1	3.3	3.4
Paraíba	2.7	3.0	3.2	3.4
Pernambuco	2.7	2.9	3.4	3.5
Alagoas	2.4	2.7	2.9	2.9
Sergipe	3.0	3.1	3.2	3.3
Bahia	2.8	3.0	3.1	3.3
Sudeste	3.9	4.1	4.3	4.5
Minas Gerais	3.8	4.0	4.3	4.6
Espirito Santo	3.8	4.0	4.1	4.2
Rio de Janeiro	3.6	3.6	3.8	4.2
São Paulo	4.2	4.3	4.5	4.7
Sul	3.8	4.1	4.3	4.3
Paraná	3.6	4.2	4.3	4.3
Santa Catarina	4.3	4.3	4.5	4.9
Rio Grande do sul	3.8	3.9	4.1	4.1
Centro - Oeste	3.4	3.8	4.1	4.3
Mato Grosso do Sul	3.4	3.9	4.1	4.0
Mato Grosso	3.1	3.8	4.3	4.5
Goiás	3.5	3.8	4.0	4.2
Distrito Federal	3.8	4.0	4.4	4.4

Aliás, se alguém quer ter um único dado sobre o Brasil e envergonhar-se, é só ver as disparidades regionais nas últimas 7 décadas. Norte e Nordeste continuam bem atrás das demais regiões do país. O único que escapou dessa síndrome foi o Centro-Oeste, que se aproximou do Sudeste. Mas o IDEB ressalta que o Norte e o Nordeste - na realidade 15 Estados do Norte e Nordeste -, estão com nota abaixo da média do País.

E aí, às vezes, temos autoridades públicas colocando informação que é verdadeira, contudo é mal usada. Por exemplo, a escolaridade no País teve aparentemente um bom desempenho: subiu continuamente de 4 anos

Sobre o dado do endividamento. Pode-se mostrar o seguinte: o Brasil, numa análise internacional, aparentemente compromete pouco do seu PIB com endividamento, menos de 21% do PIB. Então, pode-se argumentar que o Brasil é, sem dúvida, uma potência, comparado com Irlanda, Portugal, Espanha, Grécia. A Grécia está com problemas, o Brasil não. Não é bem assim! O nível de endividamento do País é baixo como percentual do PIB. Mas, em geral, as autoridades não comentam o outro lado da história: pagamos um dos juros mais altos do mundo, em particular porque o nosso Orçamento é todo complicado, malfeito e mal formulado.

Tabela x: Desagregação do IDH pelos 4 componentes		
Elementos Considerados		Ranking (Posição)
Todos os 3 Elementos	IDH	84
Saúde	Life expectancy at birth	82
Educação	Mean years of schooling	105
Educação	Expected years of schooling	59
Padrão de Vida	Gross National Income (GNI) per capita	77

Fonte: PNUD

Elaboração: Assessoria Econômica - Gab. Sen. Cristovam Buarque/Ensino

em 1981 para aproximadamente 7 anos em 2009. O que uma pessoa que não conhece a realidade do País vai dizer? “Olha, a escolaridade no Brasil, de 1981 até 2009, aumentou constantemente”, não é verdade?

A permanência na escola de fato subiu de 4 para 7,5 anos. Parabéns! Consistentemente temos melhorado. Contudo, faça uma análise mais cuidadosa e olhe a nossa classificação no IDH. O Brasil é o 84º no IDH. Nós perdemos para diversos países africanos em guerra. Esse dado é mais impressionante ainda se olharmos a escolaridade. Pela escolaridade, que naquela informação mostrava um quadro tão bonito, mostra o Brasil na posição 115º. Esta é a sexta economia do mundo, com desempenho baixíssimo em educação.

Em relação ao crédito, há no País um comprometimento da renda de 43%. Mesmo que você não tire a renda com imóveis, o que nós temos ainda é um número alto: 31,1% em maio/2012.

O serviço da nossa dívida é gigantesco. Esse impacto sobre a renda das famílias é de cerca de 22,1%. Neste caso, por exemplo, a Espanha está em melhor situação: Brasil (22,1%), Colômbia (1,2%), Espanha (14,9%), França (12,3%), Estados Unidos (10,8%), Itália (10,5%), Chile (9,9%), Turquia (4,8%), Alemanha (3,0%), Portugal (2,8%) e México (2,2%).

Os nossos juros são altos. Por isso é importante quando uma autoridade pública diz que vai baixar os juros e ir contra o sistema financeiro, que tem forte arrecadação. Mas isso é só o primeiro passo. Deve-se ir muito além dessas ações.

O discurso de redução de juros e, portanto, de que vamos reduzir o endividamento público e privado é bom, mas ele tem que passar por uma melhor alocação de recursos, priorizando algumas áreas. Por exemplo, não é com um projeto como o trem-bala que vamos melhorar esse quadro.

É difícil termos no mundo quem justifique a implantação do trem-bala. Nem um dos mais modernos, como o tocado pela empresa Ferrari na Itália, se justifica. Os Estados Unidos abdicaram de ter trem-bala. O mundo como um todo tem receio com relação ao projeto, porque o subsídio é muito grande. Haja empréstimo via BNDES para levar o projeto a cabo!

Aliás, o BNDES precisa de uma análise com muito cuidado, porque o “S” do BNDES quer dizer social. Não quer dizer Avenida Paulista em São Paulo. Boa parte dos mais de R\$360 bilhões que o BNDES tem emprestado de 2009 para cá, com a função de combater crises ou de incentivar empresários (políticas anticíclicas), foram para São Paulo ou para a Avenida Paulista. Esse é um crédito que, em termos reais, é negativo pois se paga cerca de 4,5% a 6% ao ano, e consegue se ter um retorno de 8%, com aplicações em títulos públicos, por exemplo. É como se eu dissesse o seguinte: vou te emprestar R\$100,00 e você vai me pagar 4,5%. Com esses R\$100,00, você aplica pela Internet no Tesouro Direto, e ganha 10%. O que você faz? Faz um agradecimento, porque estará recebendo um dinheiro, cuja taxa de juros real é negativa.

Isso é um crime contra a sociedade brasileira, ou seja, você ter a escolha de pessoas que vão receber dinheiro a um custo negativo, da ordem de centenas ou bilhões de reais. E mais, essa discussão não é feita pelos

parlamentares que são eleitos por nós. Não é discutida no Senado e na Câmara. Quatro ou cinco pessoas decidem isso, envolvendo dezenas de bilhões de reais. Esse é um problema que precisa ser debatido.

O crédito imobiliário no País é muito pequeno: 5% do PIB. É bem menor do que em outros países. Por outro lado, o déficit habitacional no País é gigantesco. Temos mais de 5 milhões de brasileiros sem casa própria. Isso num dado conservador. E sem contar dezenas de milhões de brasileiros que moram em unidades habitacionais que não condizem com a dignidade humana.

Então, temos a seguinte combinação: o crédito imobiliário é baixo, o déficit habitacional é alto.

Figura 10: Combinação Propícia para termos Programa Habitacionais



Vamos fazer aqui um novo laboratório. Em 2003, o crédito era baixo, o mercado de trabalho tinha um forte desemprego e as pessoas estavam pouco endividadas; neste cenário, priorizou-se a transferência de renda, via Bolsa Família. Agora é delineado outro laboratório extremamente importante do ponto de vista político. Com o Programa Bolsa Família relativamente se exaurindo, o déficit habitacional elevado e o alto potencial de crédito imobiliário disponível, conduzirão as novas diretrizes governamentais, gerando uma fidelização gigantesca do eleitor.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, no último ano do governo Lula, recebeu R\$3 bilhões em investimentos. Em 12 meses, a Presidente Dilma já investiu no Programa, R\$23 Bilhões, via subsídios. É um Programa que está se mostrando promissor. É necessário que um partido com a importância que o PDT tem, tanto histórica como de presença parlamentar e executiva, entender o que está acontecendo, o que está em jogo.

Temos aqui uma equação bem simples, mas que nos amordaça se não for bem entendida e analisada.

- $Y = C + G + I + (X - M)$
- $Y = PIB$
- $C = \text{Consumo das Famílias (Privado)}$
- $G = \text{Gasto do Governo}$
- $I = \text{Investimento}$
- $X = \text{Exportações}$
- $M = \text{Importações}$

A equação nos diz que a economia pode vir de cinco fontes: ou do consumo privado; ou do consumo do governo; ou do que se investe; ou do que se exporta menos o que se importa. Não tem segredo. A garantia para o País crescer e gerar emprego, deve vir do consumo privado ou público, do que se investe ou da diferença entre o que se exporta e importa.

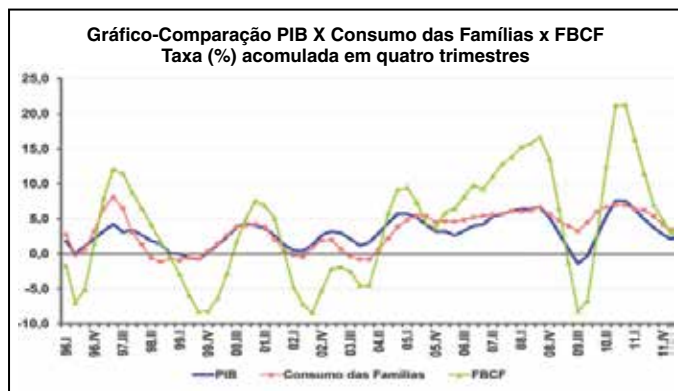
Qual a fórmula adotada nos últimos 11 anos? Aumentar o “C” fortemente. Qual é a fórmula que deveria ser adotada? Investir no “I”. Quando se fala investir no “I” não é só em pontes, rodovias, ferrovias e aeroportos que a gente precisa. Isso é a infraestrutura. Precisamos investir também na supraestrutura; na educação, numa saúde de qualidade. Temos então a situação da infraestrutura e da supraestrutura. Se você não cuida disso, os resultados não vão ser bons. Vamos continuar sendo a 84ª economia, em termos de educação, de IDH, embora sejamos a 6ª economia do mundo em PIB.

A recuperação recente da economia deveu-se, novamente, ao Consumo das Famílias (C), quando analisamos os componentes da Demanda Agregada. Infelizmente não foi, mais uma vez, pelo aumento do Investimento (I).

O gráfico do IBGE mostra o seguinte: o que está em rosa é a taxa de crescimento do consumo; o que está em azul é o crescimento do PIB. O PIB cresceu no período mostrado, mas, devido à crise de 2009, sofreu uma queda. A crise atual está carregando o PIB de novo para valores negativos, abaixo dessa linha. A nossa taxa

de investimento, que é o que interessa, é volátil, com muitos trechos negativos. Agora, a opção pelo consumo exacerbado é consistente, cresceu inclusive o consumo do importado. O Deputado Paulo Rubem estava falando inclusive de importados não legais, como o desembarque de toneladas de produtos chineses que estão aportando no Brasil, inclusive sem controle.

Figura 11: Comparação Crescimento do PIB, Consumo e Investimento



A LDO foi aprovada com vetos. O orçamento de 2010 e 2011 são muito parecidos. A maior parte refere-se aos encargos especiais (57%), sendo que mais de 50% é relativo a juros da dívida. Já educação representa 3% e saúde 4% do total. Tem alguma coisa errada na distribuição desse bolo!

A nossa taxa de investimento é pequena e a poupança também. Aliás, para fechar, temos que importar poupança de fora. Esse é outro ponto que mostra que o País não está no caminho correto: somos dependentes da poupança externa para completar os nossos investimentos que, por sua vez, estão em um patamar baixo: pelo dado do PIB 2012, a taxa de investimento está em apenas 17,9% do PIB.

O IDEB tem resultados ruins. O que salva, do ponto de vista das escolas públicas, são as escolas federais.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, essa nota de 7,5 é do Colégio de Aplicação João XXIII, de Juiz de Fora. E essa aqui é do Colégio de Aplicação da UFRJ: 7,5. A nota média das federais, nos anos iniciais do ensino fundamental, é 6,6. A nota do Brasil foi 5,0. Então, temos aqui a resposta para um tratamento adequado de um setor público.

E, para os anos finais do ensino fundamental, das crianças com idade entre 11 e 14 anos, a nota média do Brasil foi 6,3 para as escolas federais, destacando 8,1 do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco. Aqui temos uma escola onde a concorrência é maior do que para Medicina da UFPE, por exemplo: são mais de 35 concorrentes para uma vaga. Agora, ao mesmo tempo, nós temos os 411 alunos dessa escola convivendo com uma greve. Essa escola é tricampeã do IDEB (2007, 2009 e 2011).



UFACFederal4.7MÉDIA6.3Tabela: IDEB 2011 - Anos Finais do Ensino Fundamental (9o ano)

Sigla da UF Código	UF Código do Município	Nome do Município	Código da Escola	Nome da Escola	Rede	DEB2011
PE	2611606	Recife	26124297	Colégio de Aplicação do CE da UFPE	Federal	8.1
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33062706	Colégio Pedro II	Federal	7.6
BA	2927408	Salvador	29182395	Colégio Militar de Salvador	Federal	7.2
MG	3106200	Belo Horizonte	31291030	Colégio Militar de Belo Horizonte	Federal	7.2
PR	4106902	Curitiba	41131215	Colégio Militar de Curitiba	Federal	7.0
SE	2806701	São Cristovão	28021053	Colégio de Aplicação da UFS	Federal	6.9
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33065250	Colégio de Aplicação da UNIV.FED. do RJ	Federal	6.9
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33067880	Colégio Pedro II Unidade Escolar Tijuca II	Federal	6.9
MS	5002704	Campo Grande	50005499	Colégio Militar de Campo Grande	Federal	6.9
CE	2304400	Fortaleza	2310710	Colégio Militar de Fortaleza	Federal	6.8
RS	4316907	Santa Maria	43184790	Colégio Militar de Santa Maria	Federal	6.8
DF	5300108	Brasília	53001354	Colégio Militar de Brasília	Federal	6.7
PE	2611606	Recife	26139618	Colégio Militar do Recife	Federal	6.6
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33063559	Colégio Pedro II Unid. Humaita II	Federal	6.6
RS	4314902	Porto Alegre	43105009	Colégio Militar de Porto Alegre	Federal	6.6
MG	3136702	Juiz de Fora	31294471	Colégio Militar de de Juiz de Fora	Federal	6.5
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33124361	Colégio Militar do Rio de Janeiro	Federal	6.4
AM	1302603	Manaus	13026488	Colégio Militar de Manaus	Federal	6.2
RJ	33044557	Rio de Janeiro	3306322	Fundação Osorio	Federal	6.1
MG	3136702	Juiz de Fora	31067865	Colégio de Aplicação João XXIII	Federal	6.0
MG	3170206	Uberlândia	31166545	Escola de Educação Básica	Federal	6.0
RJ	3304557	Rio de Janeiro	33066060	Colégio Pedro II - Unid. Esc. São Cristovão II	Federal	6.0
RR	1400100	Boa Vista	14006111	Colégio de Aplicação da UFRR	Federal	5.9
SC	4205407	Florianópolis	42000688	Colégio de Aplicação UFSC	Federal	5.9
MG	3106200	Belo Horizonte	31258377	Escola de Educação Basica e Profis. da UFMG Centro Pedagógico	Federal	5.8
GO	5208707	Goiania	52033279	Centro de Ens. e Pesq. Aplicação a Educação	Federal	5.8
PA	1501402	Belém	15039153	E E IFM Tenente Rego Barros	Federal	5.6
RS	4314902	Porto Alegre	43104932	Colégio de Aplicação da UFRGS	Federal	5.6
PA	1501402	Belém	15038688	Colégio de Aplicação da UFPA	Federal	5.2
MA	2111300	São Luis	21017484	Colégio Universitario	Federal	4.5
RJ	3303302	Niteroi	33055483	Colégio Univ. Prof. Geraldo Achilles dos Reis	Federal	4.5
AC	1200401	Rio Branco	1211410	Esc. Colégio de Aplicação UFAC	Federal	4.7
				MÉDIA		6.3

Voltando ao BNDES, das centenas de bilhões de reais que ele tem desembolsado a título de políticas anticíclicas desde 2009 para cá. Sabe o que poderia ser feito com esses recursos? Poderíamos criar (e “nutrir”) por anos e anos diversas alternativas como as abaixo especificadas.



Tabela 03: Potencias Usos Alternativos dos Recursos do BNDES

Grande Área		Custo Atual (R\$ milhões)	Números de Projetos possíveis de Serem Implementados
Educação, C&T	ITA Financiados por 10 Anos (incluindo gastos com pessoal docente e funcionários além da infraestrutura)	600	25
Tranporte Público de Massa de Qualidade	Reformar e Ampliar todos os Aeroportos do Brasil	21000	0.71
Educação, C&T	Erradicação do Analfabetismo	3000	5

Esse foi um cálculo solicitado pelo Senador Cristovam Buarque. Eu teria condições de fazer 25 Institutos similares ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com os recursos de empréstimos subsidiados pelo BNDES. Não é apenas durante um ano. Haveria condições de criar, no Brasil, células de excelências, que seriam uma para nanotecnologia, outra para bioquímica e por aí vai. O que o País necessitasse. E fomentá-los, cuidar deles como quem cuida de uma criança por 10 anos e dizer “agora nós temos essa célula de primeiríssima qualidade”, seja em nanotecnologia, seja em apicultura lá no Piauí. Eu fomento isso por 10 anos, (por exemplo: R\$9 bilhões que foram para frigoríficos aqui no estado de Goiás). Por que eu aplico R\$9 bilhões para um frigorífico e não invisto R\$0,8 bilhão para todos os professores do ensino público federal?

O Congresso não participa efetivamente dessas discussões sobre quem são esses privilegiados nacionais que o Governo escolhe para receber juros reais negativos.

Como disse, a Petrobras é um problema que merece especial atenção. Aqui nós estamos falando das raízes do PDT. Aqui nós falamos de Vargas. Aqui nós falamos da Fundação. Há que se analisar as diferenças de gestões entre os Presidentes da empresa e o risco político envolvido.

Qual é a cantilena do pré-sal? Existe? Há ou não todo esse potencial do pré-sal? Vamos olhar de forma mais isenta agora? Sem tanto otimismo, mas também sem pessimismo.

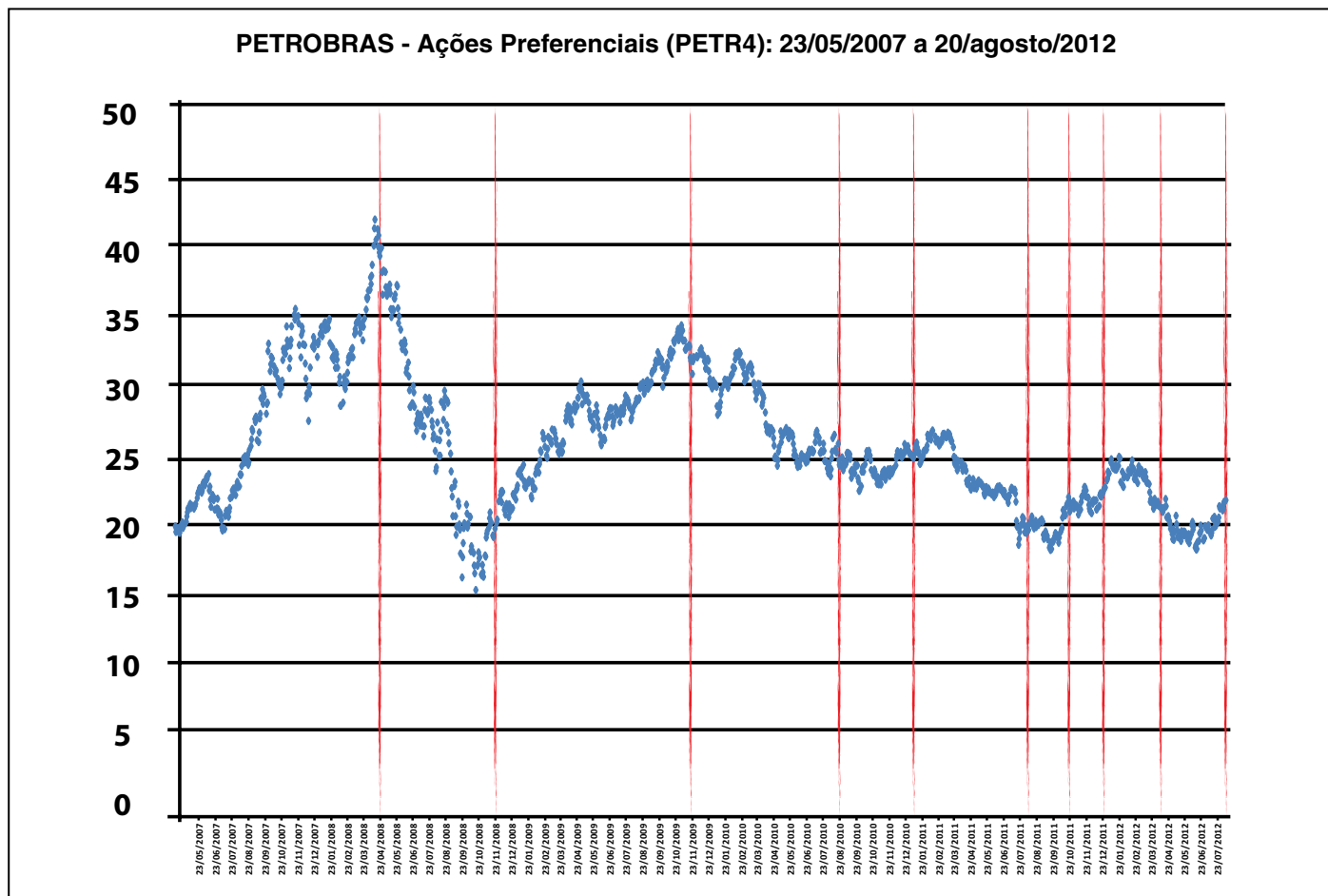
O plano de investimento da Petrobras contempla o que realmente a empresa tem como sua melhor característica? Deve ela distribuir, refinar e explorar petróleo? O que ela está fazendo realmente?

Os acionistas minoritários estão sendo respeitados? Passamos pela maior abertura de capital do mundo com a Petrobras (IPO de agosto/2010). E o que tem acontecido com a empresa desde então?

As ações preferenciais da Petrobras chegaram a ter um preço de R\$ 45,00. Hoje, está em um patamar muito baixo. Essa queda é drástica. Os investidores internacionais, quando percebem isso, abandonam o investimento. A Petrobras é uma bandeira que o PDT poderia agarrar fortemente e analisá-la com sagacidade.

menos de um bilhão por ano, porque envolve recursos da ordem de R\$ 3,2 bilhões até 2015 - não traz uma diferença significativa para o país. Infelizmente nós não vamos nos transformar em uma Coreia do Sul com o Ciência sem Fronteiras. Não vamos! O Programa é importante, e é um bom sinal, mas é insuficiente.

Figura 11: Desempenho das Ações da Petrobras (PETR4)



Outro tópico: produtividade. Estamos aquém do devido. Não estamos cuidando corretamente desse item. Mesmo um programa como o Ciência sem Fronteiras - que tem

- Dentre 151 países, Brasil está em 130º, com recuo de 15% entre 1980 e 2008.
- Em 1980, um trabalhador brasileiro produzia em

média o equivalente a US\$ 21 mil por ano. Em 2008, esse número havia caído para US\$ 17,8 mil. Houve, portanto, queda de 15% no período. Esses dados fazem parte da Penn World Table.

- Principais Causas da baixa produtividade:
 - Deficiências de educação e infraestrutura,
 - Integração ainda baixa com a economia global,
 - Baixa absorção de tecnologia,
 - Falta de inovação em muitos setores e dificuldades burocráticas para formalizar ou aumentar o tamanho das empresas.

Nossa vulnerabilidade externa, em particular com a China, causa preocupação. Os preços internacionais das commodities, de 2007 para cá, tiveram forte queda e nós dependemos, em grande medida, das commodities que exportamos. O mundo não vai deixar que o Brasil navegue, em preços de commodities, como o minério de ferro, como navegamos nos últimos 10 anos.

Dados sobre a China, em 2006, mostram um crescimento em torno de 13%; hoje, o crescimento da China está no patamar de 8% ou 7,5%. Assim, não são apenas Europa, Estados Unidos e Japão que nos preocupam; a própria China também. E isso implica que o Brasil, que tem 17% de sua pauta exportadora com base na China, vai se complicar. Pior que o Brasil nessa dependência, só a Austrália. Hong Kong e Taiwan, claro, têm maior dependência da China.

No segundo semestre, vamos ter uma discussão forte, logo após as eleições municipais, sobre as alterações na Previdência e sobre a flexibilização da legislação trabalhista. O Senador Acir Gurgacz, em um seminário que tivemos na Liderança do PDT em junho/2012, já havia apontado para essas preocupações.

Enfim: qual é a situação que estamos presenciando? O Senador Cristovam Buarque e o Deputado Paulo Rubem

trouxeram várias inquietações. Em grande medida, eu concordo com eles, discordando em um ou outro ponto, o que é normal e faz parte do debate.

Em comum, a certeza de que se continuarmos formando infracadadãos ou semicadadãos, não resolveremos a situação como deveria ser, e como o País merece.





*Eu proponho ao PDT
Um esforço concentrado
Com coragem cidadã e
O seu caminho traçado*

*Um Partido indignado
Com os rumos do País
Com tanta desigualdade
E tanta gente infeliz*

*Pôr o dedo na ferida
Dizer em alto e bom som:
Esse País continente
Precisa mudar de tom*

*Não pode seguir em frente
Refém da acumulação
Fazendo malabarismos
Tamanha acomodação*

*Construir novos valores
Para a vida em sociedade
Um País bem diferente
Movido à tenacidade.*







Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Sede Nacional Brasília

SAFS, Quadra 02, Lote 02/03

CEP: 70.042-900 - Brasília - DF

Tel: (61) 3224-9139 / 3224-0791

secretaria@flb-ap.org.br

secretarianacional@pdt.org.br

www.pdt.org.br

Sede Nacional Rio Janeiro

Rua Teatro, 39 - 2º andar, Centro

CEP: 20.050-190 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 2232-0121 / 2232-1016

www.flp-ap.org.br

www.ulb.org.br

Twitter: [pdt_nacional](https://twitter.com/pdt_nacional)

